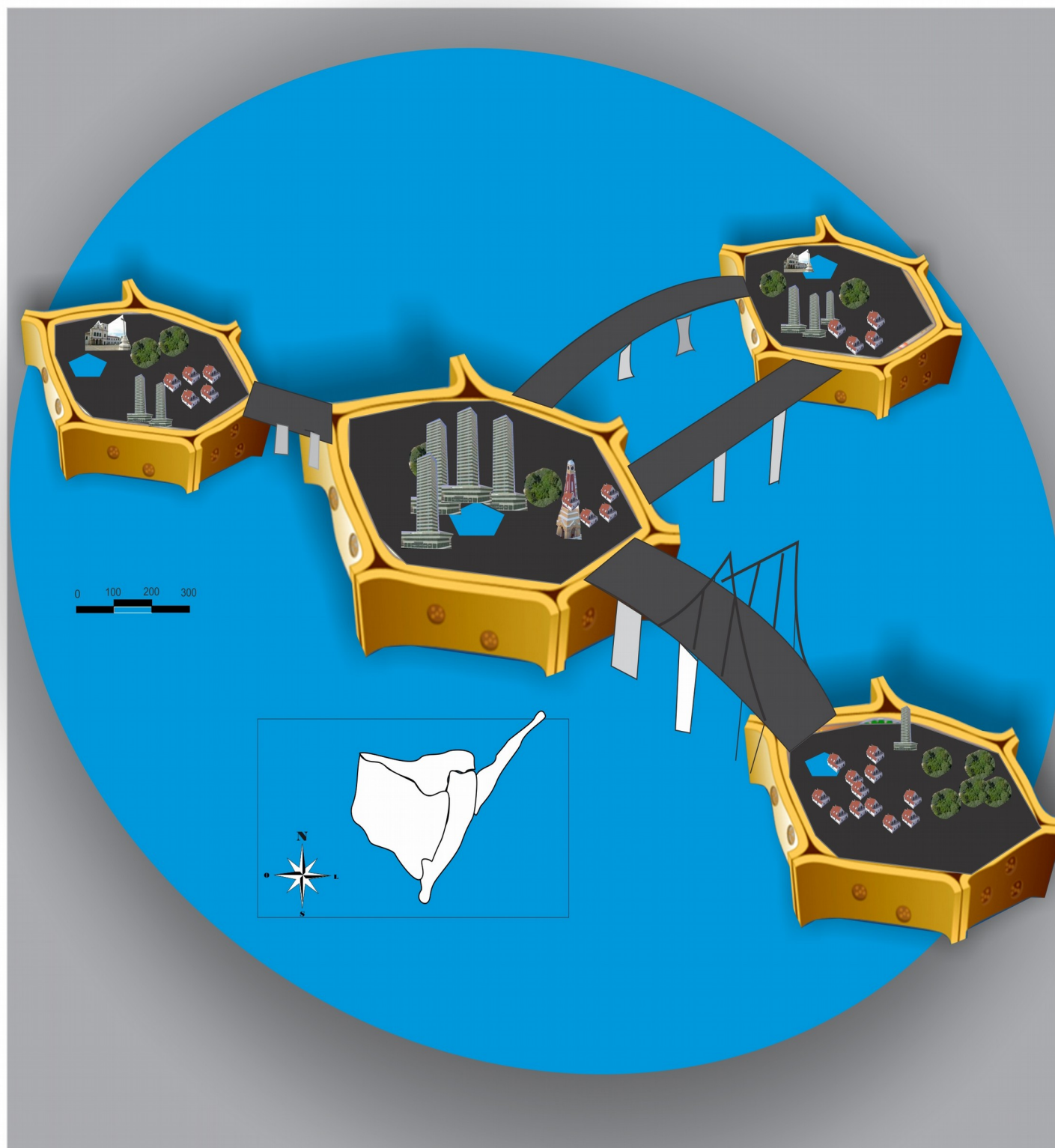


**COMPLEXO TAIÇOCA, NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE: NOVOS ARRANJOS
SÓCIOESPACIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU NO SÉCULO XXI**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

LARANJEIRAS/2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS DE LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**COMPLEXO TAIÇOCA, NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE: NOVOS ARRANJOS
SÓCIOESPACIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU NO SÉCULO XXI**

Autor: Thacyo Vyctor Silva Santos
Orientador(a): Prof.^a Msc. Sarah Lúcia Alves França

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe como requisito para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II.

**LARANJEIRAS - SE
MAIO/2016**

THACYO VYCTOR SILVA SANTOS

**COMPLEXO TAIÇOCA, NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE: NOVOS ARRANJOS
SÓCIOESPACIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU NO SÉCULO XXI**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Departamento de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal de Sergipe como requisito para
aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão
de Curso II.

Data ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Msc. Sarah Lúcia Alves França
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Fernando Antônio Santos de Souza
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Msc. Ricardo Mascarello
Universidade Tiradentes

**LARANJEIRAS - SE
MAIO/2016**

Agradecimentos

A realização deste trabalho não seria possível sem a colaboração e a participação de algumas pessoas que contribuíram de sensivelmente na elaboração deste trabalho, em alguma de suas etapas.

Agradeça minha mãe, Lenilde pela preocupação e suporte nos dias seguidas de produção deste trabalho. Aos meus irmãos Bruna, Arthur, Vanessa e meu Pai sempre preocupados com meu caminhar desta atividade.

A minha querida orientadora, que me acolheu em sua residência sempre que necessário, tornando a produção e orientações agradáveis, sempre me incentivando e clareando as ideias com boas discussões. Obrigado pelos vários empréstimos de livros (desfalquei sua Biblioteca).

Alan, agradeço o suporte na representação dos dados do Censo demográfico expressos na cartografia da Região Metropolitana.

A Adla, meu bem, por me apresentar o Corel Draw que facilitou a representação das imagens deste trabalho.

A Aldo Vasconcelos da CODISE por gentilmente fornecer dados analisados neste obra,

Aos funcionários da SMMT/Aracaju por disponibilizar e cuidadosamente separar as planilhas de transportes da Região Metropolitana.

Aos colegas do Curso de arquitetura, Alex, Acácio, Priscila, Maria Fernanda e Eduardo, pois juntos desenvolvemos trabalhos em disciplinas anteriores que balizaram algumas observações e certamente abriram meu olhar para a área de estudo.

RESUMO

Esta pesquisa tem como o objetivo geral analisar novos processos, agentes, arranjos sócioespaciais na Região Metropolitana de Aracaju, avaliando especificamente o Complexo Habitacional Taiçoca no município de Nossa Senhora do Socorro, no século XXI, observando também, os fenômenos que ocorreram na formação da metropolização. Com a virada do novo século, os municípios da Região Metropolitana de Aracaju passaram por mudanças sócioeconômicas que refletem no uso e ocupação do solo e na forma de incorporação dos espaços metropolitanos. A forte e recente atuação do capital imobiliário é marcada pela implantação de produtos contemporâneos, como condomínios fechados e, no caso de Nossa Senhora do Socorro, o *shopping center*, se constituindo um elemento de transformação do espaço, criando novas centralidades, modificando usos, valorizando entorno e expulsando antigos moradores do Complexo Taiçoca. Nesta área, o Estado também vai atuar junto, nesse processo, subsidiando moradias sob esse novo formato de empreendimentos fechados, fruto do Programa Minha Casa Minha Vida, e na implantação de infraestrutura viária, como pontes de interligação entre os municípios, abrindo novas frentes de expansão e reprodução do capital. Para alcançar o objetivo geral e os específicos, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com principais autores referentes à temática abordada, levantamento de documentos, teses e artigos, finalizando o um primeiro momento de abordagem teórica. Em seguida, foram necessárias visitas de reconhecimento de campo, coleta de dados e registros fotográficos, que contribuíram na elaboração de mapas, tabelas. Diante disso, pode-se observar que um conjunto de ações promovidas pelo Estado, com as intervenções urbanas, e pelos agentes imobiliários e incorporadores, como a construção do Shopping Prêmio, um espaço de consumo não mais restrito à capital sergipana, contribuíram no surgimento de novos atores sociais e na transformação do espaço social no Complexo Taiçoca, fortalecendo a centralidade local e metropolitana.

Palavras-chave: Metropolização, Agentes Modeladores, Reestruturação Sócioespaciais, *Shoppings Centers*

Lista de tabelas

Tabela 1 Brasil População Total e Urbana *1940-2010*

Tabela 2 Brasil Região metropolitana População total *1991-2000-2010*

Tabela 3 Os núcleos secundários de comércio e serviços

Tabela 4 Região Metropolitana de Aracaju Unidades habitacionais construídas pela COHAB/SE 1968-2002

Tabela 5 Grande Aracaju População 1980-2000

Tabela 6 População Região Metropolitana de Aracaju 2000 a 2015*

Tabela 7 Linhas e frotas de ônibus entre Nossa Senhora do Socorro e Aracaju 2002 Tabela

Tabela 8 Linhas e frotas de ônibus entre Nossa Senhora do Socorro e Aracaju 2009

Tabela 9 Linhas e frotas de ônibus entre Nossa senhora do Socorro e Aracaju 2016

Tabela 10 Rede de serviços no entorno do Shopping Prêmio

Lista de figuras

Figura 1. Crescimento populacional dos municípios da Região Metropolitana de Aracaju.

Figura 2. Localização da Região Metropolitana de Aracaju.

Figura 3. Evolução da população total, urbana e rural de 1970 a 2010

Figura 3. Sede de Nossa Senhora do Socorro de Nossa Senhora do Socorro, em 2010.

Figura 4. Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro, década de 2000.

Figura 5. Complexo Habitacional Taiçoca. Década de 1970.

Figura 6. ponte sobre o Rio do Sal, década de 2000.

Figura 7. Ponte sobre o rio do Sal, no bairro Lamarão, Aracaju conectando ao Conjunto João Alves, Nossa Senhora do Socorro.

Figura 8. Terminal de Integração Franklin Oliveira.

Figura 9. Casas do Conjunto Vitória da Resistência. Thacyo Santos, 2016.

Figura 10. Estrada da Indústria, Distrito Industrial de N. Sra. do Socorro.

Figura 11. Indústria de capital internacional, localizada nos lotes recém ocupados do Distrito Industria.

Figura 12: Shopping Prêmio.

Figuras 13 e 14: Casas do Conjunto Habitacional João Alves, postas à venda.

Figura 16. Faixas de pedestres nas imediações do Shopping

Figura 17. Semáforo na Avenida coletora A

Figura 18. Ciclo faixa na Avenida Coletora A.

Figura 19. Planta do Edifício Mais Viver em Nossa Sra. do Socorro

Figura 20. Implantação do Mini shopping São Braz.

Mapas analíticos

- Complexo habitacional Taiçoca-2002**
- Complexo Habitacional Taiçoca-2016**
- Ocupação da avenida Coletora 2016**
- Implantação do shopping prêmio- 2016**
- Condomínios Fechados conjunto Marcos Freire II-2016**
- Conjuntos habitacionais implantados no limite municipal Socorro - Aracaju Séc. XXI**

SUMÁRIO

Lista de figuras

Lista de tabelas

INTRODUÇÃO

1. A FORMAÇÃO DA METRÓPOLE E SEUS PRINCIPAIS CONCEITOS	13
1.1 A METROPOLIZAÇÃO E AS PRIMEIRAS FORMAÇÕES NO MUNDO	13
1.2 INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO O METROPOLITANO NAS CIDADES BRASILEIRAS	18
1.3 REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E METROPOLIZAÇÃO: INTERFERÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO	26
1.4 AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO: RESPONSÁVEIS POR TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, ESPACIAIS E ECONÔMICAS	31
2. NOVA DINÂMICA URBANA EM ARACAJU-SE: METROPOLIZAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS DO FINAL DO SÉCULO XX	36
2.1 ARACAJU: PRIMEIRAS AÇÕES RUMO A FORMAÇÃO METROPOLITANA	36
2.2 NOSSA SENHORA DO SOCORRO: HABITAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO	51
3. INTERVENÇÕES NO COMPLEXO TAIÇOCA, NOSSA SENHORA DO SOCORRO: AGENTES E ARRANJOS SÓCIOS ESPACIAIS NO SÉCULO XXI	58
3.1. REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU: MUDANÇAS NO TECIDO METROPOLITANO NO SÉCULO XXI	58
3.2 NOSSA SENHORA DO SOCORRO, CONSOLIDAÇÃO NO ESPAÇO METROPOLITANO, NOVOS AGENTES, E CONFIGURAÇÕES SÓCIOESPACIAIS	62
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88

INTRODUÇÃO

A metropolização e seus desdobramentos são temas pertinentes em todo o mundo e no Brasil a partir dos anos 1970. Suas primeiras manifestações no mundo, segundo Castells (1948), ocorreram nas cidades de Paris, na França, e em Londres, na Inglaterra, que através de análises chegou-se a uma nova forma espacial urbana, denominada Região Metropolitana. O autor diferenciou a “grande cidade”, com uma identidade pré-metropolitana, da configuração espacial resultante da “*difusão no espaço das atividades, das funções e dos grupos, e sua interdependência segundo uma dinâmica social amplamente independente da ligação geográfica*” (p.53) que dá origem a Região Metropolitana.

No Brasil, estudiosos como Santos (2013), Villaça (2001) e Maricato (2003), dentre outros apontam que a metropolização teve início com o acelerado processo de urbanização, cujas “*mudanças políticas havidas na década de 1930, com a regulamentação do trabalho urbano (não extensivo ao campo), incentivo à industrialização, construção da infra-estrutura industrial, entre outras medidas, reforçam o movimento migratório campo-cidade*”(MARICATO, 2003, p.152). Antes disso na década de 1920 a população total brasileira somava-se em cerca de trinta milhões e seiscentos mil habitantes, sendo que apenas 3,0 % destes concentravam-se nas cidades.

A partir dos anos 70, o inchaço populacional no país atingiu níveis elevados chegando a aproximadamente noventa e milhões e seiscentos mil habitantes, sendo que destes 55,9% vivem nas cidades. Isso se deu em detrimento “*de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso. Causados pelos progressos sanitários, e a melhoria relativa nos padrões de vida e da própria urbanização*” (SANTOS, 1993, p.26), realizados através da atuação do Estado no espaço urbano. Entretanto,(SANTOS, 1986 *apud*, MARICATO, 2003, p.152). observou que “*não foi só o governo. A sociedade brasileira em peso embriagou-se, desde os tempos da abolição e da república velha, com as idealizações sobre progresso e modernização. A salvação parecia estar nas cidades, onde o futuro já havia chegado*”

Em 1967, o Instituto dos Arquitetos do Brasil-IAB realizou o Seminário de Habitação e Reforma Urbana abrindo espaço para abordagem e estudos sobre esse fenômeno. Dois anos após, o Governo Federal através da Emenda Constitucional nº1 de 1969, (que propôs de integralizar o território), ensaiou institucionalizar as primeiras metrópoles. Entretanto, esse objetivo foi alcançado somente em 1973, com a promulgação a Lei Federal nº14, ainda centralizando o poder na esfera federal.

O caso de Aracaju não difere de outras capitais brasileiras, que no início da urbanização, tornaram-se os locais ideais para se viver, em detrimento das oportunidades de trabalho, e de esperança de melhoria de vida da população proveniente do campo. Em seus estudos, França (1999, 59) abordou que nesse momento “o rápido crescimento da população dá-se concomitantemente a um processo de esvaziamento do campo sergipano”. A autora afirma ainda que -“*Aracaju passa a ser o principal centro de atração das populações*”, cujo inchaço urbano é verificado observando-se a variação populacional no período de 1940 a 1991, que saltou de 59.031 em 1940 para 402.341 habitantes em 1991.

Com sua metropolização desencadeada ainda nos anos 70, em ações do Estado, por meio da implantação de Conjuntos Habitacionais, cada vez mais fora da malha urbana da capital e em direção aos limites dos municípios vizinhos, Barra dos Coqueiros, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, acabam antecipando urbanização em áreas ainda desprovidas de infraestrutura. (FRANÇA, 1999)

Buscava-se com essas medidas a diminuição do déficit habitacional e ao mesmo tempo a dinamização da economia, que apresenta uma sensível oscilação pela estabilidade ou não do setor da construção civil.

Com as crises apresentadas no final da década de 90, as cidades, principais produtos das sociedades capitalistas, precisaram reformular sua maneira de atuar no espaço. Modernizar a sua econômica, modo de operações financeiras, descentralizar as ações do Governo Federal, para dar mais autonomia aos Estados e Municípios e adequar-se a globalização em curso (MARICATO, 2001).

O Estado e os demais agentes (proprietários dos meios de produção, os promotores imobiliários os latifundiários e agentes excluídos) que compõem o espaço urbano, modernizam

suas ações dentro do espaço metropolitano. Segundo Souza (2014), alteram-se os modos de agir porém com os objetivos, a manutenção do lucro dos grupos dominantes que detém o capital.

O número de metrópoles torna-se cada vez maior chegando a 69 metrópoles atualmente (IBGE) destas 12 principais com grandes áreas de influência sendo três (Salvador, Recife, fortaleza) no Nordeste. Institucionalização da Aracaju como metrópole ocorre em 1995, e em processo de formação tardia em relação as demais metrópoles regionais, identificada de acordo com Regic¹ (2007) com área de Influência da Metrópole de Salvador.

Os fenômenos urbanos ocorrem em Aracaju nas últimas décadas, e em consequência dos mesmos, novos arranjos sócio espaciais são observados no solo. A metrópole está sempre em mutação sofre ações hoje, mas também é reflexo das decisões passadas.

Dentre os quatro municípios integrantes da Região Metropolitana de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro é o que mais se desenvolveu em está em segundo lugar em número populacional da RM, e tem um PIB que correspondente a 4,07 % do Estado.

Sendo assim, está dentro dos objetivos desse trabalho é analisar novos processos, agentes, arranjos sócioespaciais na Região Metropolitana de Aracaju, avaliando especificamente o Complexo Habitacional Taiçoca no município de Nossa Senhora do Socorro, no século XXI, observando também, os fenômenos que ocorreram na formação da metropolização.

Como objetivos específicos, apontou-se a necessidade de: Estudar o fenômeno da metropolização, seus conceitos, processos e agentes no Brasil; analisar agentes e processos que desencadearam a metropolização em Aracaju no final do século XX; Identificar os novos agentes e arranjos sócioespaciais que estimulam a metropolização na Região Metropolitana de Aracaju, com enfoque para o caso do Complexo Taiçoca em Nossa Senhora do Socorro.

Quanto à estruturação do trabalho, o primeiro capítulo trata dos conceitos fundamentais para entendimento do espaço metropolitano, aos primeiras identificações no mundo características e

1

consequências. Discute também o processo de urbanização brasileiro, as transformações econômicas, bem como a atuação dos agentes modeladores nos espaços da cidade capitalista.

O segundo capítulo analisa o processo de formação da metrópole Aracajuana, os direcionamentos e políticas públicas adotadas que culminaram no ato de conurbação dos municípios circunvizinhos da capital sergipana. Assim também levanta dados que demonstram como se deu o processo de conurbação de Nossa senhora do Socorro.

O último capítulo deste trabalho, analisa as novas ocupações do Complexo Habitacional Taíoca em Nossa Senhora do Socorro.

1. A FORMAÇÃO DA METRÓPOLE E SEUS PRINCIPAIS CONCEITOS

Para entendimento dos conceitos e fenômenos do ambiente urbano, buscou-se compreender suas primeiras aparições e primeiros estudos apresentados no Mundo. Bem como seu desenvolvimento no continente de estudo(o americano). Destaca-se neste capítulo o conceito da metrópole, a peculiaridade de expansão das cidades da América latina, e o comportamento metropolitano no Brasil.

1.1 A METROPOLIZAÇÃO E AS PRIMEIRAS FORMAÇÕES NO MUNDO

Assimilado como espaço centralizador de poder e de decisões políticas, com divisões classes específicas, Castells (1976) diferencia esse novo aglomerado metropolitano da cidade tradicional, em função das dimensões físicas e espaciais exageradas. Para o mesmo, o aglomerado para ser denominado de metropolitano, tem como características a *“difusão no espaço das atividades, das funções e dos grupos, e sua interdependência segundo uma dinâmica social [que é] amplamente independente da ligação geográfica”* (ibem, p.53).

Para Villaça (2001), é evidente a inter-relação entre cidade e sociedade, pois segundo o autor, simultaneamente ou não, os indivíduos, na forma de atores, interferem no espaço das cidades, e a depender deste resultado espacial, as formas de viver e interagir neste ambiente e Correa (1999)

completa que a cidade é um “*produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo e engrenadas por agentes que produzem e consomem espaço*” (p.11).

Para compreender esta organização espacial faz-se necessário o entendimento prévio de dois termos: *urbanização* e *industrialização*, atrelados a um sistema econômico capitalista, reforçados e visíveis na dicotomia existente entre rural/urbano (SANTOS, 2005). Essa relação é estabelecida,, sempre que comparado os modos de vida e cultura, apresentados numa mesma cidade, acomodando simultaneamente espaços do campo e da “cidade”.

Sobre isso, Castells (1976) assegura que a

“a urbanização ligada à primeira revolução industrial e inserida no desenvolvimento do tipo de produção capitalista, é um processo de organização do espaço, que repousa; 1- a decomposição prévia das estruturas sociais agrárias e a emigração da população para os centros urbanos já existentes. 2-A massagem de uma economia de fábrica o que quer dizer , ao mesmo tempo concentração de mão-de-obra, criação de um mercado e constituição de um meio industrial”. (p. 45)

O rompimento de limites geográficos, determinados previamente para as cidades (zona urbana e zona rural), marcou a característica da nova configuração espacial, com profundas transformações das formas, estrutura e dinâmicas sociais, econômicas e espaciais, difundida no século XX. As cidades superaram o fenômeno da urbanização, extrapolando os limites administrativos municipais, tornando-os ineficazes no aspecto da gestão.

Observa-se que esse fenômeno

“trata-se de qualquer coisa a mais que um aumento de dimensão e de densidade dos aglomerados urbanos existentes”(…) mas sim “difusão no espaço das atividades, das funções e dos grupos, e sua interdependência segundo uma dinâmica social amplamente independente da ligação geográfica” (CASTELLS, 1976, p.53).

O poder exercido por essa nova dinâmica necessitará de uma nova forma para gerir estes espaços, que requerem um planejamento específico e integrado.

“Leroy (2000), com base em Bonneville (1993), alerta que é conveniente apreender a metropolização como um processo não apenas decorrente da concentração de população e urbanização massiva, mas do reforço de funções econômicas superiores em matéria de decisão, direção e gestão de sistemas econômicos e de sua concentração em polos urbanos maiores” (MOURA, 2009 p.30).

De acordo com Villaça (2001), uma das características essenciais para formação da metrópole é o movimento do processo de conurbação, “*que ocorre quando uma cidade passa a absorver núcleos urbanos localizados à sua volta, pertençam eles ou não a outros municípios*” (p.51). Outros autores que estudam essa temática, como Castells (1976), Ascher (2004) e Secchi (2009), apontam a importância do avanço tecnológico, comunicações e transportes na evolução do espaço metropolitano, responsáveis por facilitar a interação, o deslocamento de mercadoria e fluxos de pessoas, cujo “*os transportes coletivos asseguraram a integração de diferentes zonas e atividades da metrópole, distribuindo os fluxos internos*” (CASTELLS, 1976, p.54).

Diante disso, segundo Castells (1976, p.58), a metrópole, é considerada parte de uma rede urbana devido a sua influência e/ou dependência sobre determinado território, “*dominando e gerando novas unidades, e estando ela mesma sobre o controle de uma unidade de regulação de nível superior*”. Debruçando-se sobre análises de metrópoles estadunidenses na década de 70, que foram apontadas como as primeiras manifestações no mundo, o autor caracteriza o fenômeno nos Estados Unidos, como uma colonização diferenciada, apresentando os indícios de uma nova organização espacial. Além dessa, o autor toma como exemplo, New York, afirmando que à medida que há um distanciamento da área central há também uma tendência de diminuição da densidade populacional, e diminuição do valor monetário das atividades.

Assim, a mola propulsora foi, principalmente, o acelerado desenvolvimento econômico, que fizeram com que as cidades americanas ganhassem formas especiais diferentes. É importante perceber que

“como as concentrações não dependiam de uma rede preexistente, mas de novas atividades produtivas, pudemos assistir, ao mesmo tempo, a uma dispersão de pequenas comunidades valorizando terrenos baldios e a um crescimento rápido de aglomerados fundamentados em atividades industriais” (CASTELLS, 1976, p.57).

Ainda segundo o autor, a condição de potência econômica mundial dos Estados Unidos teve sua parcela de contribuição no volume de migrações, tanto estrangeiras como advindas da zona rural. Estudos desenvolvidos por Bogue (1940 *apud* Castells 1976) registram que na década de 40, haviam sessenta e seta áreas metropolitanas no Estados Unidos, o que demonstra a necessidade de enfatizar alguns aspectos da formação e características das metrópoles americanas, como

“1-a densidade da população tende a decrescer quando a distância em relação à Metrópole Central aumenta. 2- as cidades centrais são mais especializadas que é periférica nas operações do Comércio de varejo atraz valor monetário da atividade é mais alto na cidade Central. 4- a indústria tende a concentrar entre a cidade Central e o limite de 25 milhas, e

valor de produtos manufaturados e cresce com a distância 5- Finalmente, uma Metrópole é definida pela extensão de seu domínio econômico, enquanto suas ordens e seus circuitos de distribuição não encontro interferências decisivas emanando de uma outra Metrópole” (p.59).

Outro ponto relevante é a identificação de uma nova forma de estruturação urbana identificada em 1960: a megalópole, que corresponde a

“reunião articulada de várias áreas metropolitanas no interior de uma mesma unidade funcional e social. as 37 milhões de pessoas (1960) que vivem trabalham ao longo da Costa Nordeste, [...] uma faixa de 600 milhas de comprimento e 30 a 100 em milhas de largura, não formam um tecido urbano interruptor e sim um sistema de relações globais zonas rurais, florestas e lugares turísticos, pontos de concentração industrial, forte densidade Urbana , “subúrbios” extremamente extenso, atravessado por uma rede complexa de vias intra e interurbanas” (CASTELLS, 1976, p.60).

Outro exemplo mundial importante é o europeu. Assim como as demais, a Região Metropolitana de Paris também sucedeu de uma forte industrialização e do consequente acelerado crescimento urbano. Castells (1976) enfatiza que o caráter centralizador político econômico e cultural contribuiu para a construção da área metropolitana no entorno de Paris.

Enquanto isso, na América Latina, a urbanização ocorreu um pouco diferente, cuja concentração urbana foi restrita, na maioria dos casos, à capital, e nem sempre o nível de industrialização acompanhou o de urbanização, estando fortemente atrelado à precarização da moradia e ao inchaço das cidades. Deve-se muito ao fato de que a *“América Latina nasceu ao sabor da expansão das políticas do mercantilismo europeu e do colonialismo ibérico, embora apresente particularidades diversas e variáveis específicas, com evoluções desiguais nas diferentes escalas”*(LOPES, 2012, p.01), e com seu papel bem definido na divisão internacional do trabalho, subservientes as grandes metrópoles europeias.

A centralização do poder e da urbanização em espaços pré-determinados, que absorveram investimento (a exemplo do sudeste brasileiro), acabaram por alongar ainda mais as diferenças sociais, nos territórios da América Latina, conforme indica Lopes (2012).

A respeito da metropolização dos países periféricos, na América Latina,

“podemos afirmar a partir de Lipietz (1989) e Santos (1993) que foi marcada por certa macrocefalia e concentração produtiva em espaços metropolitanos do território nacional, e que atinge uma dispersão relativa nas décadas posteriores, sobretudo, nos países ditos

emergentes. Esse movimento diz respeito ao próprio modo de ser do desenvolvimento desigual do capitalismo, que expande dialeticamente para outras paragens as contradições sistêmicas emanadas do “centro”, donde tais relações regressam e vice-versa.” (LOPES, 2012, p.7)

Assim, atualmente observa-se que a metropolização não se restringe às regiões metropolitanas, já que incorpora as cidades médias, as pequenas e o chamado “mundo” rural, hoje muito transformado e incorporando urbanidades. Santos (1999) identifica esse fenômeno quando avalia a desmetropolização, não como fim da metropolização, mas ressaltando a mudança para as cidades médias.

Além disso, tem-se analisado a ocupação direcionada para a franja periférica, em áreas sem infraestrutura, acirrando cada vez mais a dispersão urbana, através da produção habitacional de baixa renda pelo poder público, e também pela atuação do mercado imobiliário, com a inserção de condomínios fechados (REIS, 2006).

Segundo previsões de vários organismos internacionais, como as Nações Unidas em 2015 registrou-se 33 aglomerados urbanos do porte de megalópoles, entre os quais 27 estariam localizados em países em desenvolvimento, sendo que apenas Tóquio será a grande cidade do mundo rico. Por outro lado, enquanto metrópoles do hemisfério sul continuariam a conhecer taxas explosivas de crescimento demográfica, dissociadas do necessário progresso material, aquelas que concentram as funções de direção, comando e coordenação dos fluxos econômicos mundiais encolheriam relativamente de área territorial. (SOUZA, 2012)

O processo de industrialização e de urbanização foram cruciais para o avanço das primeiras metrópoles. O fenômeno foi primeiramente estudado 1940 no continente Europeu. Com este capítulo podemos perceber que os processos conceitos ocorrem em todo o mundo, porém com sua peculiaridade apresentada. Seja por característica do da sociedade ou posição econômica perante o resto do mundo.

1.2. INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO METROPOLITANO NAS CIDADES BRASILEIRAS

No Brasil, o crescimento intraurbano ocorreu, a partir da primeira metade do século XX, na maioria das cidades, através da ampliação do tecido urbano de forma descontínua em direção a periferia. Essa expansão foi provocada por uma população de baixa renda que, em busca de promessas de empregos e por melhores condições de vida, atreladas à ausência de políticas de oferta de moradia nas áreas mais centrais (SANTOS, 2013). Sem opções de moradia, essas famílias ocuparam áreas precárias e distantes, formando, nas áreas limítrofes, um “*núcleo local fraco que pouco apresenta além de quitandas, farmácias ou padarias*” (VILLAÇA, 2001, p.60).

O início desse processo se deu após a Revolução Industrial, decorrente das “*mudanças políticas havidas na década de 1930, com a regulamentação do trabalho urbano (não extensivo ao campo), incentivo à industrialização, construção da infraestrutura industrial, entre outras medidas, reforçam o movimento migratório campo-cidade*” (MARICATO, 2003, p.152). A autora ainda cita que o apoio estatal voltado à industrialização, garantindo o progresso e a modernidade, acarretou no aumento populacional nas áreas urbanas.

Como forte indutor da urbanização, o investimento industrial tornou-se mais expressivo a nessa década, quando o Estado buscou uma produção nacional para substituir e diminuir o número de importações, como aponta Maricato (2011). Assim, o mercado interno começou a ganhar um novo papel, essencial, na elaboração de uma nova lógica econômica e territorial (SANTOS, 2013).

Nota-se que neste período, além do governo, a “*sociedade brasileira em peso embriagou-se, desde os tempos da abolição e da república velha, com as idealizações sobre progresso e modernização. A salvação parecia estar nas cidades, onde o futuro já havia chegado*” (SANTOS, 1986 *apud*, MARICATO, 2003, p.152).

O acréscimo populacional nas cidades pode ser observado quando comparando-se a década de 20, cujo o número de habitantes no país somava-se cerca de trinta milhões e seiscentos mil, sendo que apenas 3,0% destes concentravam-se nas cidades (SANTOS, 2013). Na década de 40, já

foi possível notar os efeitos da urbanização, com o aumento desta taxa para 26,3%, apesar da maioria da população ainda vivesse no campo (IBGE, 1940).

Entre os anos 1960 e 1970, o número da população urbana e rural se equilibrou, comprovando o forte movimento migratório ocorrido do campo para as cidades, principalmente em direção às principais capitais como São Paulo e Rio de Janeiro (Tabela 1). É importante mencionar que a região sudeste concentrou em 1960, a maior taxa de urbanização, equivalente a 57,36% em 1960 (SANTOS, 2013).

Tabela 1
Brasil
População Total e Urbana
1940-2010

Ano	População Total	População Urbana	Índice de urbanização
1940	41.165.289	12.880.182	31,28
1950	51.941.767	18.782.891	36,16
1960	70.070.457	31.303.034	44,67
1970	93.139.037	52.084.984	55,92
1980	119.002.706	80.436.409	67,59
1991	150.400.000	110.990.990	73,79
2000	169.799.170	137.953.959	81,24
2010	190.755.799	160.925.792	84,36

Fonte: IBGE- Anuário Estatístico do Brasil, 1998 e Censo Demográfico 2000 e 2010.

Entre os anos 1940 a 2010, verificou-se um salto de 12 vezes no número da população urbana e um incremento de 148 milhões habitantes. Além disso, fica marcado um acréscimo de mais de 50% no índice de urbanização, demonstrando um intenso inchaço populacional nas cidades, resultando num crescimento urbano descontínuo e descontrolado, e assim, acirrando problemas sociais, como a desigualdade econômica (Tabela 1).

A partir de 1950, a dinâmica industrial mudou e o capital externo passou a interferir nas decisões tomadas pelo governo federal do Brasil. Nesse momento, considerou-se outra

característica relacionada à produção industrial, que era a massificação do consumo dos bens duráveis, alterando rapidamente o modo de vida, valores e cultura da sociedade (MARICATO, 1996). Essas mudanças desencadearam alterações na estrutura urbana, como a ocupação do solo e também no interior das residências.

Nesse aspecto, Santos (2013, p.119) ressalta que

“a modernização do país e do seu território não é apenas uma preocupação do próprio país, mas tarefa de interesse mundial (...). O equipamento do território nacional é frequentemente financiado com a conjugação de recursos nacionais e de recursos externos, na forma de empréstimos multilaterais”.

Conforme Maricato (2011), neste cenário de industrialização e urbanização, é possível perceber as prioridades estabelecidas pelo Estado e pelos demais agentes modeladores do espaço urbano, como denomina CORRÊA (1999). Desse modo, o desenvolvimento urbano

“trata-se de um gigantesco movimento de construção de cidade, necessário para o assentamento residencial dessa população bem como suas necessidades de trabalho abastecimento transporte saúde energia água e ser tomado pelo crescimento humano não tinha respondido tratou satisfatoriamente a todas essas necessidades, o território ocupado e foram construídas condições para viver nesse espaço bem ou mal de algum modo improvisado ou não” (MARICATO, 2011, p.16)

O Estado, acabou interferindo negativamente na expansão urbana, pois, *“torna-se criador privilegiado de escassez, estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de vazios dentro das cidades(...) empurra a maioria da população para a periferia e empobrece ainda mais os pobres, forçada a pagar caro pelo precário serviço do transporte coletivo, e comprar caro bens de consumo indispensáveis”* (SANTOS, 1990 apud SANTOS, 2013, p.123).

Isso ocorreu em detrimento da implantação de políticas habitacionais, especialmente a institucionalização dos programas do Banco Nacional de Habitação – BNH, em 1964, que embora tivesse o objetivo de resolver, de imediato, o problema da habitação no país, serviu mais como instituição financeira estatal, não atendendo as classes mais pobres e implantando conjuntos habitacionais fora da malha urbana consolidada, trazendo sérios transtornos à cidade (ibidem).

O sistema financeiro funcionava através de terceirização da atuação, sendo que as empresas definiam a boa parte do processo. O subsídio do governo advinha, segundo MEYER 2006 da *“poupança e empréstimo (SBPE), baseado em poupança voluntária e operado por bancos privados e públicos, sob regulamentação governamental”*, sendo que *“a legislação exige dos bancos*

depositários a aplicação de no mínimo 65% do total dos impostos em empréstimos habitacionais”. A empresas buscavam a manutenção de seus lucros dentro do sistema de financiamento imobiliário. A moradia nem sempre chegava as camadas mais baixas, pois o intuito era a diminuição da inadimplência.

A escolha da localização dos conjuntos habitacionais ficava a critério dos agentes controladores dos programas de habitação, que optaram, na maioria das vezes, pelo uso de áreas limítrofes à outros municípios, em suas regiões metropolitanas, circundadas por imensos vazios. Esse processo trazia uma série de consequências, como a valorizando das terras situadas entre a malha consolidada e esses novos conjuntos, ocasionando uma verdadeira mudança no padrão de produção de moradia das cidades brasileiras (MARICATO, 1987)

Analisando esse fato, observa-se que os vazios urbanos foram ignorados, a população e os investimentos públicos caminhavam pra cada vez mais longe da malha, onde estavam localizados os postos de trabalho e a oferta de infraestrutura, serviços públicos e equipamentos coletivos, como creches, escolas, postos de saúde etc. O que ocorreu, foi o inserção da população de renda mais baixa *“em áreas completamente inadequadas para o desenvolvimento urbano racional penalizando seus moradores e também todos os contribuintes que tiveram que arcar com a extensão da infraestrutura”* (MARICATO, 1987)

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que promoveu autonomia à gestão municipal, descentralizando o poder do governo federal, os municípios tiveram que concentrar-se em suas políticas municipais e no planejamento do seu território, através de estudos sobre os seus problemas. Entretanto, estes não dispunham de estruturas administrativa para tal planejamento, capazes de atender o aumento populacional, decorrente do imenso volume de pessoas que migraram para capitais em busca de melhores condições de vida. (ROLNIK, 2003)

Diante disso, nota-se que as estratégias adotadas na política habitacional *foram “decorrentes do despreparo dos governos municipais para assumir um ativo papel de promotor do desenvolvimento. Pensou-se então em realizar programas específicos para “integrar” a população “marginal”, através da construção de conjuntos habitacionais”*.(Ribeiro e Cardoso, 2003 *apud* França, 2011 ,p. 106)

Convém ressaltar também, que após 1970, o incentivo automobilístico atrelado ao modelo de desenvolvimento econômico, pautado no mesmo, foi decisivo para a escolha pelo “rodoviarismo” adotado, fato que pode ser corroborado por Cardoso (2007, p.4) como

o novo padrão de desenvolvimento econômico implantado no país – notadamente sob a égide do Programa de Metas implementado pelo Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), o qual inaugurou um curto, porém intenso período de dinamismo econômico nacional, auxiliado pela atração da indústria automobilística internacional –, promoveu a emergência de novas classes médias, e, por conseguinte, um crescimento sem precedentes da produção e do consumo do transporte motorizado individual.

Villaça também aponta a importância da acessibilidade proveniente que “*as vias regionais de transportes constituem o mais poderoso elemento na atração da expansão urbana.*” (2001, p. 85), sendo que estas tem influência considerável não só na estrutura intraurbana, como também nas novas formas de expansão da cidade.

A combinação do estímulo rodoviário e produção automobilística, em tese reforçada por alguns autores, destacando REIS (2006), acabou por induzir um novo modo de interação urbana, alterando as relações intra-metropolitanas e fortalecendo social e espacialmente esses tecidos. Segundo FRANÇA (2011, p.27) esses dois fatores juntos “*permitiram que os grupos de maior poder econômico se deslocassem para locais mais distantes à procura de outros atrativos, gerando a dispersão de espaços habitados por uma mescla de segmentos sociais*”. Entretanto, outros segmentos de renda também se dispersaram em outras direções, ocupando áreas carentes de infraestrutura, com a estratégia de localiza-los em bairros com menor valor da terra, mas agravando as condições de vida dessa população.

A partir dos anos 70, o crescimento populacional no país alcançou níveis elevados, com cerca de 93 mil habitantes, causados por “*um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso causados pelos progressos sanitários, e a melhoria relativa nos padrões de vida e da própria urbanização*” (SANTOS, 2013, p.26).

Por outro lado, neste período, mesmo com todos os progressos apontados anteriormente,

A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminado (MARICATO, 2003, p.152).

Dentro deste processo de expansão da cidade, seja ela, voluntariamente dilatada por força do Estado, quando adotou políticas ligadas à habitação, ou quando essa é consequente da escassez de áreas nas regiões centrais, muitas vezes promovidas pela especulação imobiliária. A acessibilidade é um importante fator condutor na ocupação, visto que “a *ampliação do tecido urbano é comandada pelas forças de mercado por meio de algumas facilidades, como maior acessibilidade aos transportes coletivos e construção das estradas como base para uma nova forma urbana*” (FRANÇA, 2011, p.27).

No caso do exemplo de Aracaju, observou-se que entre 1991 e 2000, com bases nos dados populacionais oferecidos pelo IBGE, é possível obter com precisão, a porcentagem de crescimento da Região Metropolitana. Nesses anos, o município de São Cristóvão, cresceu nesse período 36,1%, Barra dos Coqueiros 39,5%, Nossa senhora do Socorro teve um crescimento intenso de 95,0%, enquanto Aracaju apenas 14,9%, demonstrando o crescimento das áreas metropolitanas em relação a área central da metrópole (Figura 1).

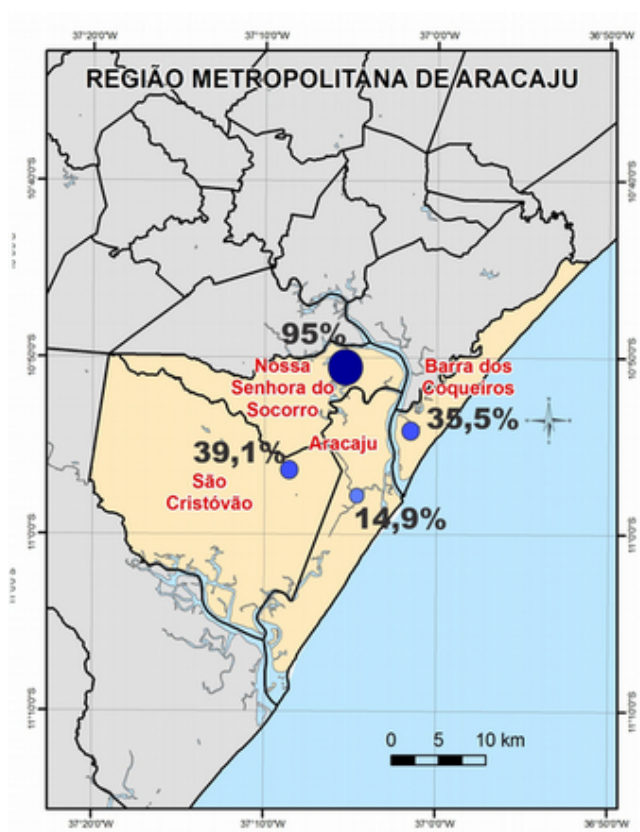


Figura 1. Crescimento populacional dos municípios da Região Metropolitana de Aracaju. Base cartográfica censo 2010.

Essa expansão acelerada, a periferação da moradia e o progresso na acessibilidade se constituem em grandes contribuições a um dos fenômenos urbanos de maior destaque nos últimos 40 anos. Com base nisso, Ribeiro (2007) identifica que as transformações socioeconômicas dificultam nos deslocamentos urbanos, violência urbana, e déficit habitacional ocorridas no país, ainda em meados dos anos 70, tem fator contribuinte para formação da metrópole. Bógus (2007, p.123), declara que “*o processo de metropolização foi, sem dúvida alguma, o fenômeno mais marcante da urbanização brasileira a partir dos anos 70*”, gerando uma série de demandas sociais nos períodos posteriores.

O rápido crescimento das cidades, citado acima, acaba por reforçar novas centralidades, no espaço metropolitano, que tornam-se referência em atração e direcionamento de fluxo de pessoas. Villaça (2001) aponta que a formação de novos núcleos ou o fortalecimento de núcleos já existentes constituem um dos quatro tipos de formação metropolitana, observadas no caso brasileiro.

Se fosse traçada uma linha evolutiva que representassem a constituição ou apenas o caminho seguido pelas cidades até a formação metropolitana, encarando como fenômeno global o resultado seria um trajeto em que a cidade “*desenvolve-se, negativiza-se, torna-se metrópole, expande sua presença, metropoliza-se. O que Lefebvre ([1968] 2001) chamou de implosão-explosão da cidade*”(SOUZA, 2014, p.4175).

Visto isso, novos cenários e arranjos sócioespaciais foram constituídos. Como resultado, em 1973 foram instituídas as primeiras regiões metropolitanas brasileiras: as de São Paulo, Porto Alegre, Belém, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Fortaleza, a partir de Lei Complementar Federal nº 14 de 8 de junho de 1973, acompanhados da obrigatoriedade da criação do Conselho Deliberativo para a Região Metropolitanas. Posteriormente, observou-se a institucionalização da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 1974.

É relevante mencionar que antes disso ocorreram as primeiras “*experiências embrionárias de administrações metropolitanas*”, decretadas pelos os governos estaduais, já apontando a necessidade de uma gestão integrada (ROLNIK, 2003). Assim, em 1967, o município de São Paulo criou o Grupo Executivo da Grande São Paulo – GEGRAN, seguido posteriormente de outras capitais, que já apresentavam modelos organizacionais integrados semelhantes, como Porto Alegre, Belém, Belo Horizonte e Salvador.

Tabela 2
Brasil
Região metropolitana
População total
1991-2000-2010

Região metropolitana	1991	2000	2010
Belém	1.401.305	1.795.536,00	2.101.883
Belo horizonte	3.522.908	4.357.942,00	3.615. 767
Curitiba	2.202.681	2.768.394	3. 174. 201
Fortaleza	2. 401.878	2.984.689	3.615.767
Goiânia	1.239.878	1.639.516	2.173.141
Porto Alegre	3.239.847	3.718.778	3958.985
Recife	2.919.979	3.337.565	3. 690.547
Rio de Janeiro	9.814.574	10.894.156	11. 835.708
Salvador	2.496.521	3.021.572	3.573.973
São Paulo	15.444.941	52.396.851	57.423.947
Total RMS	44.574.366	52.396.851	57.423.947
Total população brasileira	146.825.475	169.799.17	190.723.694

Fonte: IBGE, Censos de 1991, 2000, 2010.

Como observado na tabela 2, o número populacional absoluto das pioneiras RM aumentou progressivamente nas décadas analisadas. Algumas metrópoles, como as Belém, Goiânia registram um crescimento no final do século XX, outras tiveram um maior aumento no início do século XXI.

1.3. REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E METROPOLIZAÇÃO: INTERFERÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO

Nesse mesmo período de mudanças na metrópole notou-se uma nova forma de atuação do capital dentro dos espaços das cidades brasileiras, cuja participação do mercado imobiliário tornou-se fundamental. Segundo Maricato (2003), o mercado legal é produto para poucos, pois a legislação surgiu para estruturar a atuação do incorporador imobiliário, na produção urbana capitalista. Nisso, nota-se a negação dos direitos nos espaços até então democráticos, estabelecendo uma forte contradição, nestes espaços que, ao mesmo “*concentram riqueza e desenvolvimento, mas são também o reflexo da desigualdade social e espacial*” (CEZÁRIO e CAETANO, 2010, p.239).

Os processos de segregação socioespacial foram examinados nas últimas décadas do século XX, sendo marcados pela combinação entre mercado restrito e exclusão espacial (MARICATO, 2003). Percebe-se que

a relação legislação/mercado restrito/exclusão talvez se mostre mais evidente nas regiões metropolitanas. É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas, situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar (ibidem, p.153)

A distribuição dos espaços na cidade nada mais é do que a representação das divisões de classes na economia capitalista, sendo que “*a segregação residencial é uma expressão espacial das classes sociais*” (CORREA, 1999, p.61). Considerando que na distribuição e ocupação de áreas munidas de infraestrutura e áreas públicas de lazer concentram-se as classes mais altas, em que “*fica mais fácil a constatação de que a desigualdade espacial é fruto da social, pois a segregação nada mais é do que um processo em que diferentes classes sociais tendem a se concentrar em diferentes áreas ou conjunto de bairros*” (CEZÁRIO e CAETANO, 2010, p.239).

Assim, a metrópole brasileira, analisada como uma sucessão em termos de dimensão dos aglomerados urbanos e das cidades, concentrando mais pessoas e capital, “*incorpora também uma maior diversidade de classes sociais, que se apropriam desigualmente do espaço urbano e produzem formas espaciais fortemente segregadas*” (CEZÁRIO E CAETANO, 2010, p.239), de modo que a expansão econômica e financeira ocorre simultaneamente a dominação espacial.

Em meio a crise econômica foram promovidas as cidades globais, como alternativa para a crise fiscal que afetou a economia na década de 90.

Alguns poucos centros onde os destinos do mundo são definidos e que concentram certas características: sedes das grandes corporações empresariais, centros de pesquisa e criação em informática e comunicação, mão de obra qualificada, centros universitários, atividades culturais e artísticas de vanguarda (MARICATO, 2001, p.57)

Para que as cidades alcançassem o patamar de cidades globais foram vendidas soluções para salvar as municipalidades, na forma de Plano Estratégicos, que, apesar da “roupagem” democrática e participativa, essas propostas “*combinaram-se perfeitamente ao ideário neoliberal que orientou o ajuste das políticas econômicas nacionais por meio do consenso de Washington*” (MARICATO, 2001, p.57).

As fórmulas apresentadas às cidades e seus gestores são de cunho neoliberalizantes e intensificam as disputas entre as cidades. Conforme Arantes (2000 apud MARICATO, 2001, p.59) “Plano Estratégico”,

cumprir o papel de desregular, privatizar, fragmentar e dar ao mercado um espaço absoluto. Ele incorpora a noção da cidade/universo autônomo, a qual necessita instrumentalizar-se para competir com os demais na disputa por investimentos, tornando-se uma máquina urbana de produzir.

No entanto, as cidades precisariam adequar suas estruturas e equipamentos das cidades globais, tais como hotéis cinco estrelas, centros de convenções, pólos de pesquisa tecnológica, aeroportos internacionais, e mega projetos culturais. Nesse momento, “*trata-se agora da cidade mercadoria (deve vender-se) e da cidade-empresa (que deve ser gerenciada como uma empresa privada competente)*” (VAINER, 2000, apud MARICATO, 2001).

Como representação máxima do capital, bem como a capacidade de concentrar pessoas e fluxos financeiros, a metrópole é, para alguns autores LENCIONI (2006) e SOUZA (2014) a nova maneira da atuação econômica do espaço, modificada pela sociedade metropolitana constituída, sendo assim,

um novo estágio histórico da produção do espaço, que não é somente uma nova forma de urbanização, mas a “metamorfose do processo de urbanização” (LENCIONI, 2006). A metropolização também se realiza enquanto potencialização da política do espaço, visto que é a “hierarquização do espaço a partir da dominação de centros que exerce sua função

administrativa, jurídica, parcelares cujo conjunto escapa ao indivíduo (CARLOS, 1994, p.191)

Conforme destaca, Souza (2014),

na verdade, trata-se de uma nova economia. Não estamos mais submetidos aos ditames e limites da economia urbano-industrial. Hoje, os interesses da economia metropolitano-financeira imperam sobre todos os aspectos da (re) produção da vida e do espaço. A metrópole como centro de decisão e incorporadora de novos espaços até suas últimas consequências, com a metropolização em expansão sem nenhuma política de controle, apenas sob o controle do mercado, é o cerne da forma metropolitana (p.4174)

A sociedade pautada no consumo, orquestrada pelo mercado imobiliário promove, na obtenção e incorporação de novos espaços, apresentando *“novas paisagens, edifícios e redes são produzidas e envolvidas pela ordem metropolitana”* (SOUZA, 2014, p.4173) A atuação se dá na vigência dos *“condomínios fechados, shopping centers, redes metropolitanas de transporte, condomínios empresariais, bairros planejados, hipermercados, condomínios resorts, entre outros marcam a materialidade espacial da economia política da metropolização”* (ibdem)

A hegemonia da área central das cidades, como assinalada por autores como Villaça (2001) e Corrêa (1999), perdeu cada vez mais espaço, porém mantendo sua importância nas decisões políticas e institucionais, mas deixando de ser único e exclusivo espaço para oferta de comércio e serviços. Assim, outros bairros ganham força e centralidade, conforme Villaça (2001, p.293) aponta como *“aglomerações diversificadas e equilibradas de comércio e serviços, que não o centro principal [...] consiste, portanto, numa réplica em tamanho menor do centro principal, com o qual concorre em parte sem, entretanto, a ele se igualar.”*

No decorrer da evolução das aglomerações urbanas, percebeu-se que a alternativa de investimento industrial, dividiu investimentos com comércio e serviços na corrida pela captação de consumo. Na mudança da forma de investimento, a *“urbanização é marcada pela produção de centralidades e a metropolização pela reprodução das centralidades em rede, das policentralidades”* (DE SOUZA, EUDES, 2010). Tornando evidente, que *“a passagem da urbanização à metropolização é a transição da centralidade à policentralidade, pois o comportamento metropolitano apresentou-se, ao mesmo tempo, concêntrico e difuso.*

No final da década de 1990, a área central ainda concentrava escritórios e sedes empresariais e matrizes, além de significar uma herança do passado capitalista, porém deixa de ser único no

espaço das cidades, podendo ser reproduzido em outras localidades (CORRÊA, 1999). O autor ressalta os principais fatores que levaram a ocupação das áreas não centrais: a) terras não ocupadas; b) infra-estrutura implantada; c) facilidades de transportes; d) qualidades atrativas do sítio, como topografia e drenagem; e) possibilidades de controle do uso das terras; f) amenidades. Entretanto, é preciso considerar “*a própria dinâmica capitalista, que, de modo ponderável, atua subjacentemente aos fatores de repulsão e atração acima mencionados*” (ibidem, p.46)

A manifestação dos serviços e comércios formam núcleos secundários, com duas características principais: hierarquizados ou especializados, buscando cada bairro também preencher suas necessidade básicas de consumo, criando novos espaços privados, mas coletivos de compra e venda de mercadorias e serviços, como os *shoppings centers* (CORREA, 1999).

Tabela 3
Os núcleos secundários de comércio e serviços

Função >>	hierarquiza	especializada
Em forma de Áreas	Subcentros: Regional de bairros de bairro	Distritos médicos distrito de diversões etc
Em forma de Eixos	rua comercial de bairros rua comercial de bairro	Ruas de autopeças ruas de móveis ruas de confecções etc

Fonte: Corrêa, 1999. Modificado pelo autor.

A difusão dos *shoppings* no Brasil, ocorreu inicialmente nas metrópoles, a partir dos anos 80, fora das áreas centrais, em bairros com predominância das camadas de alta renda, para atender suas necessidades de compra de mercadorias e serviços, com mais conforto e segurança. No final desta década atual, passaram a ser construídos em regiões populares (VILLAÇA, 2001). Este equipamentos

se localizam no interior do tecido urbano, criando uma espécie de “ilhas tranquilas de consumo”. Assépticos, seguros e isolados, os *shoppings centers* são o refúgio da classe

média que não suporta o desconforto e as inseguranças dos centros e subcentros tradicionais (SILVA, 1998, p.33 apud GONÇALVES, 2011, p.167).

Esses equipamentos tem a capacidade de concentrar o *mix* de comércio e serviços que o faz de “templo” da sociedade do consumo, cuja principal atratividade é a diminuição de deslocamento desnecessário, onde o cidadão consumidor resolve tudo num só espaço. De acordo com Villaça (2001, p.306), os shoppings e as grandes redes de supermercados se constituem um equipamento que tem grande força de concentração e rentabilidade espacial, valorizando o espaço no entorno, e atraindo novos empreendimentos para se instalarem ali.

Diante desses aspectos, observa-se que “*o shopping center incentiva a dinâmica das atividades terciárias em novas áreas da cidade, ele também aparece como novo lócus de consumo que pode ser encarado como uma centralidade, devido aos seus múltiplos usos de espaço para o consumo*” (GONÇALVES, 2011, p.163). O espaço é propagandeado como alternativa aos centros comerciais antigos, vistos como “inseguros e desorganizados”.

Motivados por essa capacidade de atração e valorização do entorno, que os shoppings apresentam, os promotores imobiliários aproveitaram-se da descentralização para investir na reprodução do capital. A implantação desse equipamento, atrai novos produtos imobiliários, como condomínios fechados, e aproxima serviços em sua volta, como também pode enfraquecer a existência dos pequenos comércios de bairro, e acarretar problemas de tráfego no seu entorno. Assim “*é particularmente notável no caso dos shoppings centers, em muitos casos planejados, construídos e administrados pelo capital imobiliário*” (CORRÊA, p.49).

Encarando o shopping como o novo espaço de consumo e criado em alternativa ao centro comercial tradicional, Villaça (2001, p.303) aponta que existe

uma diferença, fundamental entre, de um lado, o shopping center e, de outro, a loja de departamentos e as lojas dos subcentros diversificados. Nestes últimos, o comerciante é quem toma várias decisões importantes a respeito de seu empreendimento, a começar pela localização do estabelecimento; no shopping é o promotor imobiliário quem define não só a localização, mas uma série de normas ao comerciante.

Visto a importância desse equipamento para o dinamismo econômico no ambiente metropolitano, Villaça (2001, p.304) reforça a apropriação da produção dos espaços de consumo pelo capital imobiliário; pois

ao controlar e impor o mix, também há um domínio do capital imobiliário sobre o mercantil. O shopping representa pois a penetração do capital imobiliário na esfera do capital mercantil e a sujeição do comércio varejista e dos serviços ao capital imobiliário e - através deste- ao financeiro.

Em contrapartida, a centralização no entorno do comércio nos bairros centrais mantém e faz uso de uma tradição histórica na existência humana, sendo a atividade aperfeiçoada, e compartilhando os interesses entre a produção comercial e a necessidade do consumo. Assim, observou-se que nas várias cidades brasileiras, os shoppings mudaram a organização do entorno, bem como seus usos e a ocupação dos lotes, promovendo a reestruturação das áreas centrais, como no caso de Aracaju, cujas lojas de grifes saíram do Centro e reabriram seus espaços no shopping, próximo às lojas de marcas nacionalmente reconhecidas.

Contudo, é importante chamar atenção para a forma em que esse equipamento se desenvolve, pois se um subcentro necessitaria de anos para ser desenvolvido e adaptado aos poucos. No caso de implantação de shoppings e hipermercados, sinônimos de alta concentração do capital, pela quantidade de viagens, fluxos e geração de empregos, são rapidamente difundidos em 3 anos (GONÇALVES, 2011).

1.4 AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO: RESPONSÁVEIS POR TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, ESPACIAIS E ECONÔMICAS

No estudo do ambiente urbano no Brasil posterior a revolução industrial, intensificada na segunda metade do século XX, nos deparamos com os fatores e agentes que promovem este espaço, atendo-se em especial a cidade capitalista. Este ambiente, inacabado e em constante transformação, é acometido de mudanças territoriais, sociais, políticas e econômicas (RODRIGUES, 2012)

No contexto explicitado por CORRÊA (1999), que aborda que a atuação e cenário das disputas dos agentes, dentro da metrópole ou em qualquer forma urbana, é fundamentada no capital. O que nos leva a perceber um ambiente “*fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço.*” (ibidem ,p.11).

Essa ação no espaço urbano deriva da dinâmica de acumulação do capital e suas necessidades mutáveis da relação de produção, sendo que, manifestam-se e são percebidas de variadas formas dentro do aglomerado urbano, não importando o caráter tipológico ou sua dimensão, se nucleado, centralizado ou em expansão, a manifestação emerge

através de fluxos de veículos e de pessoas associados às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos quotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos frequentes para compras no centros da cidade ou nas lojas do bairro, às visitas aos parentes e amigos, e às idas ao cinema, culto, praia e parques.(CORRÊA, 1999, p.7)

Dentre essas vertentes de possíveis modificações, do complexo conjunto de usos da terra, que é a cidade, frisa-se os agentes modeladores, que buscam defender seus interesses, atuando no espaço urbano fragmentado e articulado, “*um reflexo tanto de ações que se realizam no passado como também no presente e aquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente*”(CORRÊA, 1999, p.8).

Nessas circunstâncias, faz necessário esclarecer a forma de atuação de cada um destes agentes, o que permite a compreensão dos arranjos e formação dos tecidos, núcleos urbanos, assim como a distribuição de infraestrutura e investimentos dentro das regiões metropolitanas.

Na busca do interesses dentro deste ambiente, cinco agentes, apontados por Corrêa (1999) , são identificados. O Estado, que regulariza as leis gerais, que de um certo ponto de partida busca a promoção do bem comum a todos. Os outros são os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos. Em meio a esse conflito de interesses é necessário evidenciar que

a ação destes agentes se faz dentro de um marco jurídico que regula a atuação deles. Este marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes, e constituindo-se, em muito casos, em uma retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante.(CORRÊA, 1999, p.12).

De acordo com CORRÊA (1999, p.16), os proprietários fundiários “*dentro processo acumulativo, atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades*”, munindo-se de recursos legais que lhes é oferecido. Interessam-se especialmente, na conversão de terras rurais em urbanas, promovendo a especulação fundiária, mercantilizando o espaço urbano como um todo.

No que cerne a atuação dos agentes imobiliários, estes podem ser definidos como “*conjunto de agentes que realizam, parcial ou totalmente, as seguintes operações: incorporação, financiamento, estudo técnico, construção e comercialização do imóvel*” . Eles são responsáveis pela promoção imobiliária, os tornando atrativos para os que buscam ou investem em imóveis, sejam eles residenciais, com seus condomínios residenciais, comerciais, como os *shoppings* e galerias, ou industriais, como os condomínios industriais.

Diante desta ação integrada e multifuncional, a indústria da construção civil tem sem papel destacado ao longo anos, seja na estratégia de acumulação do capital ou na superação das crises financeiras. Esse agente tem dentre os seus objetivos “*criar condições para assegurar maior valorização do capital investido na produção e circulação de moradias, ou assegurar relações ordenadas entre construção e crescimento econômico*” (TOPALOV,1978, apud FRANÇA, 1999, p.105)

Por sua vez, o Estado tem o papel regulador, tanto construção e implementação do marco jurídico para equilíbrio das ações, proporcionando um campo de disputa nivelado, garantindo os direitos mínimos e fazendo-se cumprir os deveres em meio ao espaço da cidade. Também influencia na distribuição de investimentos e infraestrutura e, fragmentando e articulando o espaço com diferentes áreas e classes distribuídas. Souza e Rodrigues (2004) enfatizam que nesse caso, o planejamento urbano é essencial, para que espaços da cidade, não sejam negligenciados ou privilegiados.

Salienta-se ainda, a versatilidade do Estado quanto à sua atuação, podendo desempenhar-se “*diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietários fundiário e promotor imobiliários, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e alvo dos chamados movimentos sociais urbanos.*”(CORRÊA, 1999, p.24). Além disso, pode atuar como promotor imobiliário, na construção de moradias para classes de baixa renda, no caso dos órgãos financiadores de habitação como a COHAB, INOCOOP, IAP's e outros.

Os movimentos sociais enquadram-se nos grupos sociais excluídos que, conforme Souza e Rodrigues (2004) asseguram, o nível de organização da sociedade civil, será determinante para exercício de uma pressão sobre o Estado, incrementando forças políticas na defesa dos interesses, e na diminuição das disparidades tão presentes no ambiente urbano capitalista.

Segundo Corrêa (1999, p.30)

ao produzirem favelas, invadindo terrenos públicos ou privados, os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço. A produção desse espaço é uma forma de resistência e ao mesmo tempo de sobrevivência às adversidades impostas aos grupos recém-expulsos das áreas rurais ou áreas urbanas submetidas à renovação, e que lutam pelo direito à cidade.

Observa-se ainda que, através de associações, os agentes excluídos, demais grupos e sociedade civil com um todo, podem atuar politicamente ecoando seus interesses, de forma a: reforçar a importância do ativismo social, no papel de protagonista da produção do espaço, contribuindo na solução de problemas, apresentando propostas que trazem um peso realista, de quem vivencia o cotidiano; com um olhar diferente dos técnicos e planejadores. Souza e Rodrigues (2004, p.13) vão mais além, afirmando que o papel protagonista deve ultrapassar a crítica ao que não agrada, pertencendo também aos movimentos a autoria de estratégias e planejamento alternativo.

Os proprietários dos meios de produção estão desde as primeiras cidades capitalistas industriais, identificados na divisão clássica entre classes, *“sejam eles indivíduos ou sociedades - que compram a força de trabalho para fazer funcionar as suas empresas”*(MENDEL, 1981). Quando comparados aos proletariados, e demais seguimentos sociais, são minorias em termo quantitativos. Corrêa (1999), afirma que *“os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço”*, bem como exercem influência econômica na busca de benefícios fiscais e físicos junto ao Estado, para desenvolvimento de suas atividades.

Convém ressaltar, que

os grandes capitais industrial, financeiro e imobiliário podem estar integrados indireta e diretamente, neste caso em grandes corporações que, além de outras atividades, compram, especulam, financiam, administram, e produzem espaço urbano. Como consequências desta integração muitos dos conflitos entre estes agentes supracitados desaparecem (CORRÊA, 1999, p.13).

Diante desta ação integrada e multifuncional das incorporadora, a indústria da Construção Civil tem sem papel destacado ao longo anos. Seja na estratégia de acumulação do capital ou na superação das crises financeiras. Visto que essa mesma indústria tem dentre os objetivos “*criar condições para assegurar maior valorização do capital investido na produção e circulação de moradias, ou assegurar relações ordenadas entre construção e crescimento econômico*” (TOPALOV,1978, apud FRANÇA, 1999, p.105).

No Brasil, desde do século XX, a forma de atuação dos agentes, como ressaltam VILLAÇA (1999) e MARICATO (2001), interfere na configuração urbana e conseqüentemente no crescimento das metrópoles. Culminando na expansão horizontal acelerada do tecido urbano e, no aumento quantitativo dos problemas sócio espaciais, explicitados na forma de segregação espacial e desigualdades socioeconômicas. Fica nítido que a análise destas atuações é primordial para entendimento da forma de agir do capital na metrópole, interferindo espacialmente através de suas estratégias de aplicação financeira, pois

a dominação econômica do financeiro é simultânea à dominação espacial do metropolitano. Na verdade, trata-se de uma nova economia. Não estamos mais submetidos aos ditames e limites da economia urbano-industrial. Hoje, os interesses da economia metropolitano-financeira imperam sobre todos os aspectos da (re) produção da vida e do espaço. (MOURA, 2012, p.30)

Desta maneira faz-se possível a compreensão e estratégias de ocupação, e atuação dos agentes dentro do da região metropolitana de Aracaju, que será detalhada nos capítulos dois e três desta obra, com análise detalhada sobre o caso do Complexo Taíoca em Nossa Senhora do Socorro.

2. NOVA DINÂMICA URBANA EM ARACAJU-SE: METROPOLIZAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS DO FINAL DO SÉCULO XX

Nos últimos 60 anos Aracaju passou por algumas mudanças no que se diz respeito a configuração urbana. Dentre elas destacam-se o crescimento das áreas urbanas do município de Aracaju e dos municípios vizinhos(Nossa Sra. do Socorro, São Cristóvão, Barra dos Coqueiro), a criação da Grande Aracaju, o aumento no número de conjuntos habitacionais somados rápido aumento da população.

Os Estudos de França 1999 realizados publicados no final do Século XX, dão suporte teórico a esta capítulo, no qual busca compreender o resultado das ações do Estado na formação metropolitana de Aracaju.

2.1 ARACAJU: PRIMEIRAS AÇÕES RUMO A FORMAÇÃO METROPOLITANA

Como pode-se perceber, as cidades brasileiras pautaram seu desenvolvimento na forte urbanização que, devido a forma de crescimento acelerado, contribuiu para uma série de problemas sociais e conflitos, com peculiaridades identificados também em outros países capitalistas de Terceiro Mundo.

Não diferente do restante do Brasil, Aracaju, teve sua formação urbana marcada pela ação da gestão pública (nas suas diversas esferas), que, como aponta Corrêa (1999), atua como mediador dos conflitos urbanos, buscando atender a suas necessidades.

Atualmente, a Região Metropolitana de Aracaju compreende uma área de 865,8 Km² onde abriga 925.744 habitantes (Estimativa do IBGE 2014), número baixo se comparado as principais

metrópoles como Salvador, Recife e Fortaleza, que apresentam uma média de 3 milhões de habitantes cada.

Localizada na região Nordeste do Brasil, a capital do estado de Sergipe está situada entre os estados de Alagoas e Bahia, respectivamente ao norte e ao sul (Figura X) A Região Metropolitana, criada em 1995, é composta pelos municípios de Nossa senhora do Socorro, São Cristóvão, Barra dos Coqueiros e Aracaju, sendo esta o centro da Metrópole, onde concentram-se as atividades administrativas e políticas do Estado.

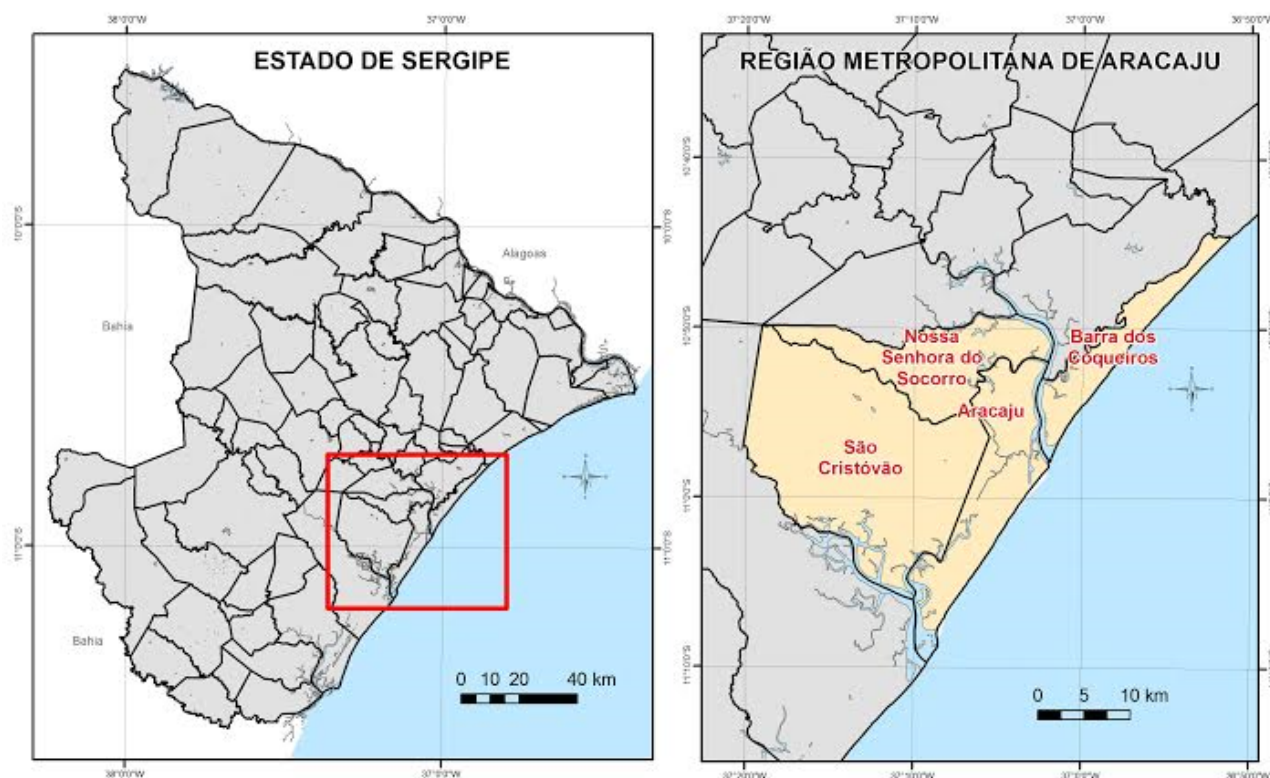


Figura 4. Localização da Região Metropolitana de Aracaju. Fonte: Adaptação do autor, 2015.



Acompanhando uma tendência no país estudada por Raquel e Solmek (2003), que identificam o crescente número de regiões metropolitanas, logo após estímulo nacional da década de 70, que reconheceu as primeiras metrópoles e o tratamento diferenciado para investimentos que esse tipo de aglomeração teria.

A partir de 1964, Aracaju passou por uma expansão urbana diferenciada, tanto em forma como em dimensão, levado em consideração processos anteriores. Loureiro (1983) identifica, a partir desse momento, uma nova fase de desenvolvimento do município, que consolidou-se como centro de decisões políticas, administrativas e econômicas do Estado. Assim, notou-se na capital um

“crescimento tanto do comércio quanto de sua população, impulsionada pela descoberta de petróleo em Carmópolis, a 47 Km de Aracaju, e pela chegada da Petróbras ao Estado” (ibdem, p.64).

Outros autores, como Ribeiro (1983) e Fontes de Souza (2009), também observam essas transformações ocorridas no território aracajuano, sobretudo

Após a segunda metade de 1960, mais caracteristicamente a partir dos anos 70, a cidade foi-se transformando rapidamente, com a incorporação de grandes parcelas à áreas urbana, a densificação {sic} do seu centro e bairros residenciais das classes mais favorecidas, através de crescente aproveitamento do solo com a verticalização de edificações (RIBEIRO, 1983, p.1).

A forte migração ocorrida no Brasil, a partir da década 30 foi marcada pelo contingente populacional deslocado para as cidades, cujo processo abarcou também a capital sergipana. Assim, em Aracaju existiu também este movimento na escala regional, cujo

“O rápido crescimento da população dá-se concomitantemente a um processo de esvaziamento do campo sergipano, sobretudo em decorrência da pecuarização, da concentração da terra e, em determinadas áreas, da modernização da agricultura. Aracaju passa a ser o principal centro de atração das populações que migram do campo e das cidades do interior.”(FRANÇA, 1999, p.59).

Figura 3. Evolução da população total, urbana e rural de 1970 a 2010. Fonte:SIDRA/IBGE, 2013. Organizado por Manuela Nascimento, 2013.

Afetado pelo o êxodo rural, a partir de 1980 a população urbana dos municípios de São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro sofreram uma variação mais acentuada nesse número. Barra dos Coqueiros por apresentar uma ocupação e urbanização mais tardia demonstrou um declínio mais suave, nesse mesmo período. Em análise da figura pode-se perceber ainda, a variação urbana

de Nossa Senhora do Socorro, entre 1980 e 1991, correspondendo a 4,114 % de variação no decênio analisado.

Oriundos do interior do Estado, migrantes buscaram na capital outra atividade de trabalho, que além da mecanização do campo, foram atingidos pela redução da produção das atividades açucareiras e algodoeiras (LOUREIRO, 1983). Nesse contexto, Aracaju concentrava, em 1960, 15,2 % da população sergipana.

Sendo identificado um incremento da população urbana considerável em relação ao Brasil, *“em Sergipe, o crescimento da população urbana no último período intercensitário foi de 62,33%, bem superior ao do Brasil, que se aproximou dos 38%”* (FRANÇA, 1999, p.59), considerando as décadas de 80 e 90, o que prova um movimento tardio em relação às grandes cidades do sudeste, mas com igual voracidade.

O caso de Aracaju se assemelha a outras capitais brasileiras, que no início da urbanização, tornaram-se os locais ideais para se viver, em detrimento das oportunidades de trabalho, e de esperança de melhoria de vida da população proveniente do campo. França (1999, p.59) abordou que nesse momento *“o rápido crescimento da população dá-se concomitantemente a um processo de esvaziamento do campo sergipano”*.

A autora afirma ainda que *“Aracaju passa a ser o principal centro de atração das populações”*, cujo inchaço urbano foi verificado ao analisar a variação populacional entre 1940 a 1991, que saltou de 59.031 para 402.341 habitantes no período final. Nesse íterim, destaca-se a concentração populacional na capital por volta de 1970, fase de crescente metropolização, com 36,6 % da população sergipana vivendo em Aracaju Loureiro (1983).

Diante da expansão urbana e sobretudo da metropolização das cidades brasileiras, ligada ao processo econômico vigente, a partir de 1950 foi representando pela ampliação da industrialização, conforme evidenciado no capítulo anterior. No contexto local nota-se que a *“implantação das políticas públicas de incentivos fiscais e financeiros regionais que a economia do nordeste e*

especialmente a sergipana, passa por um processo de ampliação e modernização das suas bases produtivas” (MACHADO, 2009, p.66).

França (1999. p.79) “*o processo de metropolização de Aracaju, gestado ainda na década de sessenta, traz em seu bojo a marca de políticas públicas desenvolvidas pelas diversas instâncias do poder*”. Ainda é pertinente relevar que

A exploração dos recursos minerais sergipanos, iniciada ainda na década de sessenta, a transferência da sede da Região de Produção do Nordeste de Maceió para Aracaju, a criação da Universidade Federal de Sergipe, a implantação do Distrito Industrial de Aracaju no início da década de setenta e a política habitacional desenvolvida pela COHAB transformaram o Estado em forte ponto de atração para a migração, nos últimos trinta anos. (ibidem, p.79)

O Plano de Desenvolvimento Nacional (de quando?) depositava na região nordeste um avanço pautado no progresso industrial, através da SUDENE (Superintendência de desenvolvimento do Nordeste), cuja atuação baseou-se “*em uma estrutura industrial e de serviços, que além de integrada dentro e fora do Nordeste, terá que se consolidar e, sobretudo, trazer para a Região os efeitos significativos sobre o emprego e a renda*”. (SUDENE, 1986, p.17 apud FRANÇA, 1999, p.123)

Após a crescente e não planejada expansão, e o consequente inchaço das cidades, identificou-se mais um processo proveniente do esquecimento do Estado em intervir nessa problemática: a periferização, principalmente das capitais, concomitante a uma diminuição das áreas rurais dos municípios vizinhos em termos populacionais (MARICATO, 2001).

O crescimento da cidade de Aracaju tomou todas as direções, cuja expansões horizontais formaram novas periferias. As famílias mais desfavorecidas socialmente passaram a desocupar quartos de vilas das áreas centrais, que tornaram-se “*verdadeiros formigueiros humanos de difícil solução para o poder público*”(CAMPOS, 2006 apud MACHADO, 2009, p.70). A expansão “*causou um negativo impacto ambiental provocado pelos aterros e ocupações subnormais já que a cidades (ibdem, 2009, p.70).*

Um fator importante para o crescimento da cidade e também para a metropolização de Aracaju foi a implementação de outras políticas públicas pelos Governos Estadual e Federal, cuja atuação, em alguns momentos se deu de forma articulada. Dentre algumas,

destaca-se a aquisição, 1972 dos terrenos da Fazenda Santa Cruz, pelo governo Federal para a implantação do Campus Universitário, no município de São Cristóvão, numa área limítrofe a Aracaju, dela distando cerca de 4 quilômetros e 14 quilômetros da malha urbana de São Cristóvão (FRANÇA, 1999, p.92).

Com os rumores gerados pela compra do terreno para construção do Campus Universitário da Universidade Federal de Sergipe - UFS, foi suficiente para o surgimento de dois loteamentos: Jardim Rosa Elze e o Jardim Rosa Maria, próximos a esse equipamento, alterando o uso do solo no entorno, onde predominava uma ocupação rural (FRANÇA, 1999), o que despertou um novo núcleo urbano no município de São Cristóvão, nas proximidades do limite entre Aracaju.

O crescimento desse novo núcleo, se deu principalmente depois da implantação do conjunto Brigadeiro Eduardo Gomes, com aproximadamente 3.100 unidades habitacionais, *“que destinou-se a uma população com rendimentos familiares entre 1 a 5 salários mínimos”* (FRANÇA, 1999, p.114).

Essa mesma município recebeu os Conjuntos Lafaiete Coutinho, Maria do Carmo, Rosa do Oeste, Luiz Alves I e II e Vilas de São Cristóvão na década de 70, sob

a forma de empreendimentos privados realizados com financiamento da Caixa Econômica Federal. Também, como reflexo desse processo de urbanização, os movimentos sociais promoveram nesse período as ocupações irregulares conhecidas como Jardim Universitário, Tijuquinha e Madre Paulina (MENEZES, 2012, p?).

A ocupação por loteamentos evidencia São Cristóvão, em relação aos demais municípios da Região Metropolitana, cuja proliferação dessa tipologia habitacional *“iniciou-se na década de setenta quando surgiram cerca de 23 loteamentos com aproximadamente 9.491 lotes, com características urbanas e suburbanas”* (FRANÇA, 1999,)

O parcelamento do solo em São Cristóvão foi por um lado, destinada as classes média e alta, com a construção de casas de veraneio nos povoados Mosqueiro e Areia Branca, no limite deste município com o sul de Aracaju, considerada uma região de conflito de interesses econômicos. Por outro lado, conjuntos habitacionais e loteamentos residenciais irregulares com pequenos lotes, voltados para a classe de baixa renda, muitos deles nas proximidades da Universidade Federal de Sergipe (ibdem).

Na ocupação urbana do município de São Cristóvão verifica-se, desde os anos 60 , o conflito sócio-político em função da existência terrenos situados em seu território e gestados e servidos de infraestrutura proveniente da Prefeitura Municipal de Aracaju. São precisamente as áreas ocupadas pelo Santa Lúcia, em 1993, no bairro Jabotiana, e Terra Dura, 1988, no atual bairro Santa Maria, ambos atualmente pertencentes à capital.

Já em Nossa Senhora do Socorro, o crescimento urbano se deu de forma diferente, sendo a acessibilidade responsável por valorizar terrenos. Neste caso, o parcelamento concentrou-se, inicialmente, no entorno da rodovia federal, a BR-101, na década de 70, sendo que “*os loteamentos Jardim Itacanema e Guajará City Parque (área média dos lotes de 4.500 e 3.500 m², respectivamente) se destinaram à ocupação por pequenos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços regionais aproveitando-se das vantagens locacionais.*” (FRANÇA, 1999, p.96).

Também integrante da Região Metropolitana de Aracaju, o município da Barra dos Coqueiros teve sua ocupação estimulada, após a busca de terrenos fora da malha urbana da capital. Contudo, existe um extenso leito de rio que dificulta o acesso e relações intermunicipais. Levando em consideração isso,

“dos três municípios limítrofes de Aracaju, Barra dos Coqueiros é o último a ser alvo do processo de metropolização” (FRANÇA, 1999, p.100) (...) Somente após a instalação do novo terminal de transportes hidroviários, quando as condições de acessibilidade forma garantidas, é que surgem os primeiros loteamentos: Olimar, jardim da ilha e Marivan, ainda hoje desprovido de infraestrutura básica .” (FRANÇA, 1999, p.101)

No entanto, antes mesmo da construção do Terminal Hidroviário, interligando Aracaju à Barra dos Coqueiros, a ação do Estado se fez presente, expandindo a área urbana e promovendo a

ocupação, a partir de 1976, através da COHAB (Pró-Morar), que financiou a construção do conjunto Hildete Falcão Batista, com 80 unidades habitacionais, na sede do município, atendendo uma população local (FRANÇA, 1999).

A presença de áreas de preservação ambiental, como as extensas dunas e manguezais na Barra dos Coqueiros também impediram a ocupação nos primeiros anos da urbanização mais intensa no território sergipano. O fato de estar localizada na

“Ilha de Santa Luzia, entre o Rio Sergipe e o mar, de frente para o Centro de Aracaju, apresentando extensa área de mangues sendo praticamente toda a extensão de terra, exceto a área compreendida entre a rodovia SE-100 e a Orla marítima, considerada área de preservação parcial (LERNER, 1990 apud MACHADO 2009).

Dentre as políticas de estímulo e desenvolvimento urbano nos municípios situados na Região Metropolitana de Aracaju, a habitacional se sobressai por ser ao *“mesmo tempo, induzida e indutora da problemática habitacional. Num processo dialético, a política habitacional induz à metropolização e esta molda um modelo segregador de desenvolvimento.”* (SOUZA, 2009, p.79 apud SANTOS, M, SANTOS, 2015)

De fato, a atuação do Banco Nacional de Habitação através do financiamento de conjuntos habitacionais nas diversas cidades do país, foi fundamental para o processo de metropolização habitacional. Em Aracaju, França (1999, p.80) assegura que

“Ainda na década de sessenta, participando do Plano da Habitação (PNH), Sergipe cria sua Companhia Nacional de Habitação Popular (COHAB-SE) e inicia a construção de conjuntos habitacionais. Visando suprir a demanda por habitação, que passa a ser crescente frente ao processo de desenvolvimento econômico e a migração que se acentua”.

Porém, *“no desenvolvimento de suas atividades, a COHAB adotou como parâmetro básico a construção de conjuntos habitacionais distantes da malha consolidada”* (FRANÇA, 1999, p.80), destacando os conjuntos Santa Lúcia e Juscelino Kubistchek, no bairro Jabotiana, em Aracaju, o

Complexo Taiçoca em Nossa Senhora do Socorro, Eduardo Gomes e Roza Elze, em São Cristóvão. Essa periferação dispersa e fragmentada da ocupação mediante habitação de interesse social, traz sérios problemas para a gestão, que tem dificuldades em atender as necessidades básicas de infraestrutura destes novos espaços. Diante desse fato, França (1999, p.84) assegura que,

a COHAB já encontra dificuldades quanto à aquisição de terrenos para a implantação de conjuntos habitacionais em Aracaju. O poder político mostra-se frágil diante dos proprietários fundiários urbanos e, ao invés de fazer valer a função social da terra, vai empurrando a cidade para as áreas mais distantes, iniciando, assim, a aquisição de terrenos nos municípios limítrofes.

Com a crescente valorização da terra, os proprietários fundiários buscaram cada vez mais incrementar os seus lucros, provenientes da ampliação de infraestrutura, e os municípios vizinhos da capital entraram no interesse do mercado imobiliário, pelo baixo valor dos terrenos, especialmente para o parcelamento do solo sob a forma de loteamentos urbanos. Assim, inúmeros loteamentos foram inseridos no tecido urbano, valorizando cada vez mais as terras urbanizadas, entre os vazios e essas novas áreas ocupadas, beneficiando proprietários fundiários e os novos construtores.

Entre os anos 1970 e 1990, foi verificado um *boom* no mercado imobiliário no estado, especialmente interferindo em Aracaju, quando foi contabilizada a criação de 156 empresas em Sergipe com investimentos do capital financeiro regional e internacional, (Campos, 2006, apud Machado, 2009, p.74).

Com isso, os agentes imobiliários cumpriram seu papel na lógica de construção da cidade capitalista. As construtoras começaram a surgir, gerenciadas por grupos econômicos locais, no exercício de manutenção do poder dominante dentro do espaço urbano (FRANÇA, 1999). Nesse processo verifica-se que

“Há um forte jogo de interesses, em que diversos atores defendiam seus papéis, na busca do lucro: de um lado os proprietários fundiários, ávidos por vender suas terras por preços altíssimos, de outro, as construtoras investindo na aquisição de autorização para obter

trabalho nas diversas fases de construção dos conjuntos (desde a terraplanagem à construção de casas, pavimentação de ruas, etc).(ibidem, p.85)

É relevante enfatizar, a importância da Lei Federal nº 6766, promulgada em 1979, “*que trata do parcelamento da terra para fins urbanos. Esse Decreto estabelece critérios para a instalação de loteamentos urbanos, inclusive para sua legalização*” (FRANÇA, 1999, p.102). Com a restrição de terras rurais para fins de parcelamento, “*os prefeitos de Aracaju, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro resolveram ampliar significativamente o perímetro urbano e as áreas de expansão, possibilitando o parcelamento da terra*” (ibidem).

Ainda que incipiente, o metropolização iniciou-se, no período auge da inserção dos empreendimentos residenciais subsidiados pela COHAB, cujas terras adquiridas pelo Estado, encontravam-se distantes dos núcleos urbanos, principalmente nos casos de São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro (FRANÇA, 1999). Entre 1968 e 2002, a quantidade de moradias produzidas pela companhia na Região Metropolitana de Aracaju, representou 62,27% das unidades habitacionais construídas em Sergipe (idem, 2005). Essas unidades foram divididas em duas formas de construções, apartamentos e casas.

Em Aracaju identificamos a maior atuação do INOCOOP, e sua representatividade na inserção dos condomínios.

Já a INOCOOP- BASE (Instituto de Orientação as Cooperativas Nacionais), outra modalidade do sistema BNH/SFH, que se destinava à construção de unidades habitacionais voltadas à classe, entre 05 e 10 salários mínimos, construiu 5.956 unidades para a classe média em 20 conjuntos situados em áreas que foram, diretamente, beneficiadas pela infraestrutura urbana implantada pelo governo estadual, demonstrando que o processo de acesso à infraestrutura foi condicionado à situação de classe, já que os conjuntos habitacionais da COHAB/SE eram desprovidos dessa estrutura inicial. (SANTOS, M. J. S.; SANTOS, A. R, 2015.p. 288)

Os municípios de Aracaju, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros foram alvos dessa ação do Estado e do capital imobiliário e formaram uma nucleação permitindo o direcionamento da constituição da área metropolitana, com a construção de 42.749 mil unidades.

Interesses políticos acabaram por interferir na política habitacional, em que os sorteio das casas foi considerado um elemento de cunho eleitoral, como relata França (1999). A autora ressalta que

as casas eram sorteadas em sessão pública, num procedimento democrático, o que gerou confiabilidade no sistema; posteriormente, ocorreram mudanças no dimensionamento político e as casas passaram a ser distribuídas pelos políticos, coincidindo a entrega dos conjuntos com períodos eleitorais (p.83).

A falta de infraestrutura e suporte de serviços urbanos das novas áreas em expansão em outros municípios intensificaram a relação com Aracaju, pois a maior quantidade de postos de trabalho, de serviços de saúde, escolas e comércio ainda encontram-se na capital. Nesse caso, a melhoria das condições de acesso viário entre esses núcleos viabilizou essa interdependência, cuja capital tornou-se *“receptáculo de todos os fluxos. A rede rodoviária, construída de forma radial, conduz os fluxos para a capital e, no nível intra-urbano e, mesmo, metropolitano, para o centro da cidade”* (FRANÇA, 1999, p.86).

O Governo Estadual junto à gestão municipal apontaram, já no final dos anos 70 e início dos 80, intenções de institucionalização desse novo processo de urbanização que vinha sendo registrado nesse conjunto de municípios próximo à Aracaju, assim como demais metrópoles no país, conforme demonstradas no capítulo 1. Em 1982 foi aprovada através da secretaria de planejamento, a Região da Grande Aracaju, *“que passa ser considerada como área de interesse especial”* (FRANÇA, 1999, p.103). Essa decisão foi resultado de discussões técnicas em uma Comissão da Secretaria de Planejamento do Governo Estadual, para em cumprimento a lei verificar a disponibilidade dos recursos hídricos estaduais, em 1981. Assim,

A região, inicialmente, era formada pelos municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, Laranjeiras, Santo Amaro das Brotas, Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Maruim (...) Essa região passa a ser alvo de projetos e programas desenvolvidos Pelo Governo Federal, Tanto na área de esporte e lazer quanto na área de transportes, fortalecendo as ligações entre Aracaju e aqueles municípios (FRANÇA, 1999, p.103).

Após a implantação dos grandes conjuntos habitacionais Augusto Franco, no bairro Farolândia e Orlando Dantas, no bairro São Conrado, que juntos somaram 8.166 moradias, Aracaju

teve sua variação relativa de crescimento populacional bem menor que os outros municípios da Grande Aracaju. Nossa Senhora do Socorro destacou-se com o aumento do seu crescimento relativo de 826,0%, quase 40 vezes maior que a capital e cerca de 5 vezes maior, São Cristóvão, que apresentou a segunda maior variação (Tabela 5).

Tabela 5
Grande Aracaju
População
1980-2000

Municípios	1980	1991	2000	Variação relativa %
Aracaju	293.131	401.534	461.534	57.44
Barragem dos Coqueiros	7.939	12.762	17.807	124.30
N. Sra. do Socorro	13.688	67.501	131.679	826.0
São Cristóvão	24.134	47.490	64.647	167.86
Total	338.892	529.429	675.667	99,33

Fonte: IBGE, Denso Demográfico, 2000.

Esses números retratam a imigração populacional proveniente do interior do estado de Sergipe ou de outros do Nordeste, cujas famílias foram atraídas pelo “sonho” de melhores condições de vida, morar e de se empregar na cidade. As soluções para absorção do contingente populacional não utilizado pelo campo, foram proposta pelo Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste pela SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, organizado na ‘década de 80. O relatório aponta que

“o novo estilo de crescimento deverá basear-se em uma estrutura industrial e de serviços, que além de integrada dentro e fora do Nordeste, terá que se consolidar e , sobretudo, trazer para a Região os efeitos significativos sobre o emprego e a renda (SUDENE, 1986, p.17 apud FRANÇA, 1999, p.123).

Durante o forte processo de migração, principalmente em direção a capital, poucas ações foram vistas por parte do Estado. As decisões locais tomadas foram objetivas em concentrar os investimentos no litoral sergipano,

embora os estudos identifiquem a intensidade da migração para Aracaju, não se observam ações na direção de minimizar o processo. Pelo contrário, a COHAB desenvolve ações no sentido de incentivá-la. Alegando que no interior não haveria população com renda para pagar as prestações da casa (FRANÇA, 1999, p.107).

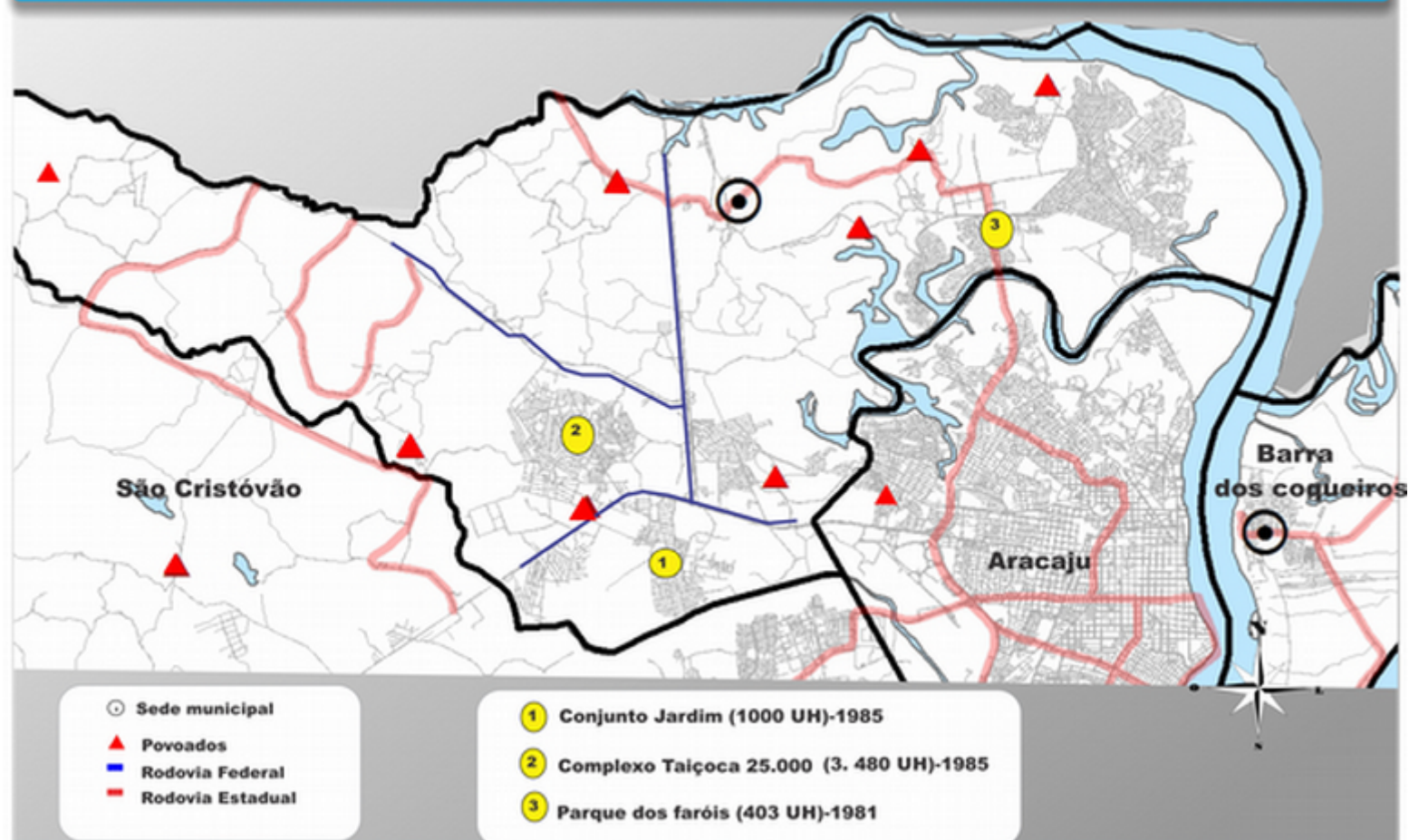
Como se pode perceber, a política habitacional moldou e direcionou a expansão urbana na Região Metropolitana de Aracaju. Porém, como os objetivos que pretendiam atender a classe mais baixas não foram alcançados, além de distantes da malha de Aracaju, os conjuntos não estabeleciam uma conexão com as sedes dos municípios vizinhos (FRANÇA, 1999).

Outros problemas chegaram à tona diante da distorcida atuação do Estado, como o

“O alto preço dos imóveis, aluguéis e terrenos existentes em Aracaju, aliado às políticas públicas de segregação espacial, executadas pela COHAB/SE, [que] levou as pessoas, notadamente, as de baixa renda, para a periferia da cidade, onde fixaram residência nos municípios limítrofes e/ou em conjuntos habitacionais próximos, marcados pelo distanciamento do centro urbano, baixo custo de vida e pela carência de equipamentos e serviços .”(SANTOS, M.; SANTOS, 2015, p. 289).

Devido às restritas condições de pagamento pela moradia própria que não encaixavam na maioria da população no financiamento dos programas habitacionais, a quem deveriam ser destinados os investimentos, somados ao aumento do valor da terra nos bairros urbanizados, as famílias que não conseguiram ter acesso à terra, passavam a ocupar áreas irregulares, como margens de rios e mangues, ou a construir suas habitações ilegais nas franjas dos conjuntos habitacionais subsidiados pelo Banco Nacional de Habitação, a exemplo do Bugio, em Aracaju e do Marcos Freire I e II, em Nossa Senhora do Socorro.

Regiões urbanas Nossa Senhora do Socorro - (1980-2002)



Base cartográfica censo 2010. Modificada pelo autor 2016

2.2. NOSSA SENHORA DO SOCORRO: HABITAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO

O município de Como pode-se perceber, após levantamento acima, Nossa Senhora do Socorro, com uma área de aproximadamente 156,771 km², apresentou, a partir dos anos 70, uma dinâmica de urbanização e diferente dos demais municípios, constituído por três nucleações, a sede municipal, o Conjunto Jardim e Parque dos Faróis e o Complexo Habitacional Taiçoca, fruto das políticas habitacionais e de incentivo à industrialização.

De acordo com França (1999), a aquisição de grandes glebas para implantação de políticas públicas, acarretou o parcelamento, que ocorreu inicialmente, na década de 70, ao longo da BR-101, cujo asfaltamento desta de constitui no

primeiro evento a desencadear o processo de valorização das terras rurais em Aracaju. A melhoria das condições de acessibilidade resulta numa valorização da terra, acarretando o parcelamento, passando de propriedades rurais, com atividades agrícolas, para chácaras mais voltadas para o lazer ou como segunda residência para fins de semana (p. 91).

A sede municipal concentra a menor porção dos domicílios, em contrapartida do Complexo Taiçoca, formado pelos conjuntos João Alves Filho, Fernando Collor, Albano Franco, Marcos Freire I, II e III, pelos loteamentos Beira Rio, São Francisco, Novo Horizonte, Jardim Piabeta, Jardim Sauara I, Jardim Mariana, Cajueiro e São Bráz, próximos das áreas limítrofes de Aracaju (NOSSA SENHORA DO SOCORRO, 2008).

Relatórios desenvolvidos pela Prefeitura Municipal, em 2002, apontam que *“a estratégia de ocupação urbana do município com manchas isoladas e distantes da malha da sede municipal trouxe para o município intensa complexidade dificultando as ações administrativas (p.19).*



Figura 3. Sede de Nossa Senhora do Socorro de Nossa Senhora do Socorro, em 2010..<http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=100798&titulo=cidade>

Até então com a economia estagnada, nessa década foi instalado o Distrito Industrial no entorno desse Complexo Habitacional, que atraiu uma grande quantidade de pessoas na expectativa de conseguir emprego nas indústrias que foram instaladas ao longo dos anos. Isso fortaleceu a relação de dependência econômica entre o município e a capital, sobretudo no âmbito da metropolização, dada a condição de cidade dormitório que se caracterizava N. Sra. do Socorro (NOSSA SENHORA DO SOCORRO, 2008).

As interferências promovidas pelo Estado como também a ampliação do perímetro urbano exigida para implantação dos conjuntos habitacionais fora da sede, resultaram no aumento da taxa de urbanização no município, principalmente pós anos 80, quando nessa década o município contava com 13.688 habitantes, sendo que apenas 1.596 pessoas viviam na sede. Na década seguinte, houve um crescimento populacional e quase 400%, enquanto a população urbana teve um

incremento de mais de 4.000%, considerado um dos maiores do país. Enquanto isso, a população rural diminuiu aproximadamente 100% .



Figura 4. Distrito Industrial de Nossa Senhora do Socorro, década de 2000. <http://www.infonet.com.br/cidade/ler.asp?id=100798&titulo=cidade>

Com a proximidade com a capital, o acesso viário facilitado pela BR, o poder público atraiu a iniciativa privada, a ocupar as áreas. Assim, foram instalados, na porção XX, “*os loteamentos Jardim Itacanema e Guajará City Parque (área média dos lotes de 4.500 e 3.500 m², respectivamente) [que] se destinaram à ocupação por pequenos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços regionais aproveitando-se das vantagens locais.*” (FRANÇA, 1999, p.96).



Figura 5. Complexo Habitacional Taiçoca. Década de 1970. Fonte: Prefeitura de Nossa Senhora do Socorro, Secretária de Planejamento.

Assim após os primeiros conjuntos localizados nas proximidades das rodovias de acesso à capital, a principal atuação do Estado no município, foi o planejamento do Complexo Habitacional e Industrial da Taiçoca, em ação conjunta da CODISE – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe e da COHAB. O Complexo Habitacional Taiçoca, previa a implantação de um Distrito industrial e conjuntos habitacionais construídos por etapas, totalizando 25.000 unidades que abrigariam uma população estimada de 125.000 habitantes (FRANÇA, 1999, p.110).

A cidade passou a ser alvo da política desenvolvimentista, sustentada pela industrialização, tendo como exemplo, outras cidades do resto do país, como Alagoas, Recife, Salvador, definindo assim, a implantação do Distrito Industrial de Socorro, no fim da década de setenta, quando

na administração do então governador José Rolemberg Leite, foi desenvolvido o Projeto Urbano Integrado de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Aracaju, tendo como base espacial o município de Nossa senhora do Socorro. O projeto associava a atividade industrial à a atividade habitacional (FRANÇA, 1999, p.109).

O local para a implantação do então Complexo Industrial e Habitacional Taiçoca passou por um estudo detalhado, buscou-se a proximidade à capital, com condições planas de relevo e que permitisse um acesso por variados meios de transporte, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico do Estado. Além disso, o principal Distrito Industrial de Aracaju, no bairro Grageru, já estava estrangulado pela malha urbana, impossibilitando sua expansão (SANTOS E OLIVEIRA, 1994, p.22).

A ideia de localização da cidade industrial de Nossa Senhora de Socorro era favorecida pela proximidade com a BR-235 e a BR-101, de acesso à capital,

sendo que a distância rodoviária de Aracaju é de aproximadamente de 20 Km. Com a construção da ponte sobre o Rio do Sal, o acesso, a área reduz-se para uma distância de 5 Km contados partir do centro urbano de Aracaju. Uma implantação de aproximadamente de 6 Km de ferrovia é suficiente para ligar a Cidade Industrial à rede ferroviária. Portanto, os principais aspectos considerados para a localização da cidade Industrial foram: política de uso do solo do município; topografia adequada; direção favorável dos ventos dominantes; proximidades do Complexo Industrial Integrado de base-CIIB e do terminal Marítimo de Granéis Sólidos e líquidos; disponibilidade de ramal; ferroviário (CODISE, 1978, p.16 17).

Em 1982, o Governo do Estado promoveu a desapropriação de propriedade, uma área denominada “Siri” de 80,88 hectares, sendo parte do terreno, de propriedade própria e outra parte da Marinha (FRANÇA, 1999), que serviu para a implantação dos primeiros conjuntos habitacionais construídos por etapas. Nesse mesmo período, o Governo “

firma convênio com o Ministério dos Transportes para a construção de uma ponte (com 290m de vão)sobre o Rio do Sal, constituindo-se o principal corredor de transportes entre Aracaju e futuro Complexo Habitacional” (ibidem, p.110).



Figura 6. ponte sobre o rio do Sal, década de 2000. Skyscrapercity.com.<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1125941>

Com a viabilidade promovida pelo fácil acesso, em 1985 iniciou-se a construção da primeira etapa do Complexo Taiçoca, com o conjunto habitacional denominado João Alves Filho,

com cerca de 3.458 unidades Habitacionais destinadas a funcionários públicos com rendimentos entre a 1 a 4 salários mínimos. A primeira etapa desse Conjunto foi construída pelo sistema de mutirão em três fases, sendo a primeira delas realizada em 10 dezembro de 1985, quando foram construídas em um só dia, 221 casas.” (FRANÇA, 1999, p.111)

Além deste, posteriormente foram desenvolvidos o Mutirão do Siri, o Conjunto Fernando Collor, Marcos Freire I e II. Entretanto, a crise que assolou o país nesta década retardou a ocupação do distrito, embora houvessem muitas áreas reservadas (FRANÇA, 1999). Além disso, outros fatores delongaram a ocupação dos lotes destinados à indústria, cuja *“falta de infraestrutura impossibilitou a efetivação do projeto por completo. Contribuíram para isso a inexistência de uma rede elétrica que alimentasse as grandes indústrias: as precárias condições de abastecimento de água”* (SANTOS E OLIVEIRA 1994, p.24)

Um depoimento recolhido por morador antigo do município se pode ter uma noção das transformações que ocorreram: *“Sobre o complexo? Está em um lugar chamado Siri que passaram a chamar de João Alves e Mutirão. Como a indústria está pequena e os barracões que construíram estão lá quase todos vazios (...)* (BOSI, 1987 apud SANTOS E OLIVEIRA 1994, p.24).

Mesmo não sendo efetivamente implantado nessa época, o Governo do Estado continuou a implantar estratégias para desenvolvimento da Cidade Industrial, dando prosseguimento às demais etapas dos conjuntos, buscando financiamento para a construção junto aos órgãos federais. Vale ressaltar, que nos programas habitacionais difundidos, as casas eram sorteadas, mas eram sempre levadas em conta as condições de pagamento dos futuros proprietários (FRANÇA, 1999).

A forte dependência entre o Complexo Taiçoca e a capital aracajuana, pode ser comprovada através dos dados do movimento pendular, reforçando o caráter metropolitano da área. Em 1997, dados do DER – Departamento Estadual e Estradas e Rodagens, referente ao trânsito, demonstram que ocorrem de 480 a 900 viagens diárias entre esses municípios. A ligação entre as áreas urbanas são percebidas pelos moradores, quando referem-se a origem dos deslocamento diários da população:

“Eles são de Aracaju, na maioria, de outros interiores do Estado. E tem a questão política, porque não votam aqui em Socorro. Certo?” Cresceu o número populacional, né? A cidade

de Socorro tornou-se uma cidade dormitório, porque o pessoal desloca-se diariamente para Aracaju e volta para dormir, né? (BOSI, 1987 apud Santos e Oliveira 1994,

Na nova configuração do espaço do município de Nossa Senhora do Socorro surgiram, de um lado, os núcleos habitacionais construídos pelos governo estadual e, de outro, os loteamentos residenciais aleatórios, muitos deles com baixa taxa de ocupação. Surgiram, nas franjas dos conjuntos habitacionais construídos pelo Estado, as invasões “*realizadas pelos excluídos dos programas habitacionais e portanto outros excluídos do campo e do trabalho, mas todos no movimento periférico típico da explosão urbana brasileira*”. Já a sede do município permaneceu isolada e alheia ao *boom* do crescimento urbano (NOSSA SENHORA DO SOCORRO, 2004, p.10 apud SOUZA, 2009, p.84).

Contudo, é importante mencionar que a dimensão e quantidade de investimentos para solucionar os problemas de déficit habitacional e desenvolver a economia por parte do Estado, apoiada principalmente no desenvolvimento industrial e na construção civil, modificou a paisagem urbana e acelerou o processo de expansão metropolitana. Esses fatores tornaram Nossa Senhora do Socorro um caso específico e particular de ocupação dentre os municípios da Região Metropolitana no final do século XX.

3. INTERVENÇÕES NO COMPLEXO TAIÇOCA, NOSSA SENHORA DO SOCORRO: AGENTES E ARRANJOS SÓCIOS ESPACIAIS NO SÉCULO XXI

Após a análise do fenômeno metropolitano no mundo, assim como sua atuação do ambiente urbano brasileiro veremos a seguir o comportamento e reflexo das ações exercidas no solo urbano da Região Metropolitana de Aracaju, com enfoque em Nossa Senhora do Socorro, especificamente o Complexo Habitacional Taiçoca.

No qual notam-se as modificações ocorridas na última década na Região Metropolitana como um todo, destacando as principais ações e atuações do Estado, dos agentes imobiliários, bem como a força de mudança da matriz econômica, o poder centralidades e sua área de influência.

3.1. REGIÃO METROPOLITANA DE ARACAJU: MUDANÇAS NO TECIDO METROPOLITANO NO SÉCULO XXI

Nos últimos anos, na Região Metropolitana de Aracaju pode-se observar a reprodução da atuação do capital resultado na construção de novas formas espaciais, semelhante ao que ocorre nas metrópoles regionais, como Fortaleza e Recife. Os agentes sociais continuam modificando as cidades, regido pelo poder político e financeiro, entretanto, agora obedecendo novas lógicas e de estratégias captura do capital, como condomínios fechados dispersos e fora da malha consolidada, implantação de *shopping centers*, estimulando o surgimento de novas centralidades e de espaços de consumo, refletindo uma sociedade consumista.

Nesta pesquisa pode-se ressaltar que apesar de apresentar-se como uma metrópole de pequeno porte em termos dimensionais, as formas de ocupação e direcionamentos de investimentos foram semelhantes ao que ocorreu nas demais metrópoles brasileiras, desde a condução de investimentos ligados à indústria (até o final do século XX) e à construção civil, como também em estratégias das incorporadoras já no século XXI.

Passando a atuar nas cidades, não mais a economia urbano-industrial e sim o metropolitano financeiro. Se antes a urbanização estimulava a policentralidade intraurbana, a

metropolização provoca a policentralidade regional. Ou seja, alteram-se as escalas desses processos urbanos (SOUZA, 2014).

É necessário salientar que a metrópole aracajuana apresentou esses sinais um pouco mais tarde, comparado as demais metrópoles, pelo investimento tardio, verificado em todo Nordeste, devido a uma concentração de recursos aplicados no sudeste do país. Outro motivo é a recente formação como cidade (cerca de 160 anos), ou por não apresentar uma economia forte e significativa no cenário regional, recaindo sobre Sergipe e a capital, a forte influência cultural e econômica dos principais eixos no Nordeste, especialmente Salvador.

A partir de 2000, destaca-se, na Região Metropolitana de Aracaju - RMA, o crescimento demográfico e também espacial do município de Nossa senhora do Socorro, porém com uma proporção menor do que os 300% observadas no final do século XX. Esse incremento populacional comparado aos demais municípios da Região Metropolitana resultou para este município a posição de terceiro município que mais cresceu na Região Metropolitana na primeira década, apresentando 22% de taxa de crescimento, antecidos por Barra dos Coqueiros (40%), Aracaju (23%) e à frente de São Cristóvão (22%) (Tabela 6).

Tabela 6

População Região Metropolitana de Aracaju}
2000 a 2015*

Municípios	2000	%	2010	%	2015*
Aracaju	461.534	23,75	571.149	10,78	632.744
Barra dos Coqueiros	17. 807	40,46	25.012	14,65	28.677
N. Sra. do Socorro	131.679	22,14	160.827	10,27	177.344
São Cristóvão	64.647	22,00	78.874	10,27	86.979
Total	675.667	23,71	835.909	10,74	925.744

Fonte: IBGE, Censos, 2000, 2010, Estimativa 2015.

As intervenções urbanas realizadas na primeira década do século XXI acentuaram o fenômeno da metropolização sobretudo nos aspectos habitacional, infraestrutura e mobilidade. No âmbito federal, pode-se destacar que os programas gerenciados pelo Ministério das Cidades (a exemplo o Pró-Moradia), somados à atuação do próprio mercado da construção civil, com seus novos produtos imobiliários cada vez mais dispersos e distantes das áreas centrais e com infraestrutura, que tem estimulado a produção de habitações e valorizando vazios em toda a região metropolitana.

Interferências na esfera estadual, embora com recursos federais, no cenário da mobilidade, também contribuíram para o fortalecimento da metropolização e acirraram a forte dependência entre a capital e os municípios da RM, como a construção de pontes que ligam Aracaju à Nossa Senhora do Socorro, pelo Rio do Sal, e a ponte construtor João Alves, que conecta Aracaju ao município de Barra dos Coqueiros, inaugurada em 2006, .

Além disso, é relevante apontar a reestruturação do sistema viário, com pavimentação e ampliação de avenidas na região, como duplicação das Rodovias Estaduais SE-100, no município da Barra dos Coqueiros, e a Rodovia João Bebe Água no Bairro Rosa Elze, em São Cristóvão. Quanto à implantação de equipamentos que favorecem a interligação entre esses municípios, a implantação do Terminal de Integração Franklin de Oliveira Ribeiro, em Nossa Senhora do Socorro (entregue em 2009), fortalecendo as relações econômicas e socioespaciais. Por fim, nesse quesito, a ampliação da oferta de linhas de ônibus e regulamentação do transporte alternativo utilizado diariamente pela população, na escala intrametropolitana soma-se como fatores contribuintes a esse processo.

No tocante a habitação observa-se que o mercado imobiliário tem estimulado a criação de novas áreas de expansão, direcionadas para a população de alta renda, com a inserção dos condomínios horizontais de luxo na Barra dos Coqueiros, a partir da facilidade de acesso com a ponte Construtor João Alves. A aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município também se constituiu num aliado para a permissividade da implantação desses novos produtos imobiliários, pois ampliou os limites urbanos e possibilitou a chegada dessas novas tipologias fechadas no litoral sergipano, privilegiando-se da paisagem natural e da proximidade à praia.

Em contrapartida, direcionados à outra classe de renda, dessa vez mais baixa, os empreendimentos residenciais oriundos de políticas habitacionais como o Programa de Arrendamento Residencial – PAR, cuja atuação se restringiu ao período de 2001 a 2008, e os

condomínios verticais subsidiados com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, a partir de 2009, em São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros, extrapolando a atuação desse agente à escala metropolitana, embora a capital concentre o maior número desses empreendimentos.

O promotor imobiliário promoveu também a construção de centros comerciais privados de grande porte, como o Shopping Prêmio, construído em Nossa Senhora do Socorro, no ano de 2011 que fortaleceu ainda mais o núcleo urbano existente, como será analisado mais a frente.

A transformação sócioespacial desses núcleos urbanos também conta com a atuação dos chamados grupos sociais excluídos, que apropriam-se dos espaços públicos e privados, de acordo com suas necessidades. Esse modo de ação e ocupação verificada no ambiente urbano, é facilmente percebida nos municípios integrantes da Região Metropolitana de Aracaju. Em São Cristóvão, no ano de 2014, uma ação recente de reintegração de posse retirou 271 famílias que residiam há mais de 20 anos em uma propriedade privada. Outros exemplos de ocupações irregulares que se constituíram diante da ausência de intervenções do Estado, foi na Barra dos Coqueiros, com a Invasão do canal do Guaxinim, e em Nossa Senhora do Socorro, nas margens do Rio do Sal que o separa o município do Aracaju, em sua parte leste.

A proximidade com Aracaju e a distância das sedes dos demais municípios (São Cristóvão N.S. do Socorro, principalmente), demonstram a função dos núcleos urbanos nas áreas limítrofes de Aracaju, principalmente a partir da valorização dos terrenos na capital, observa-se que essas áreas serviram como áreas de dispersão a preços mais em conta para implantação de Conjuntos habitacionais

sobretudo do Rosa Elze (São Cristóvão) e do Complexo Taiçoca (Nossa Senhora do Socorro) como novas centralidades. Nota-se que com a superação das barreiras naturais, através da construção das pontes entre a capital e os municípios de Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros, a tendência é de a malha urbana tornar-se-ia contínua.

3.2. NOSSA SENHORA DO SOCORRO, CONSOLIDAÇÃO NO ESPAÇO METROPOLITANO, NOVOS AGENTES, E CONFIGURAÇÕES SÓCIOESPACIAIS

Das cidades integrantes da Região Metropolitana, após a capital, que dá nome a região, é notória a evidência de Nossa Senhora do Socorro, especialmente nos aspectos demográficos e industriais. Quando comparada com os demais municípios de Sergipe a quantidade populacional ou a proporção de participação no PIB, Nossa Senhora do Socorro fica atrás apenas de Aracaju. Os estudos dos acontecimentos recentes no ambiente urbano são fundamentais para medidas e estratégias futuras dos órgãos de planejamento municipais, assim como a compreensão das novas dinâmicas identificadas nas cidades metropolitanas.

Assim, faz importante a identificação e atuação dos agentes através dos mapas produzidos no decorrer deste trabalho, editados a partir de imagens satélites, bem como materiais coletados em órgãos Estaduais e Municipais, como a CODISE, SMTT e Secretarias Municipais . Apresentado também entrevistas realizadas com moradores, pra auxiliar na compreensão e análises das mudanças ocorridas no ambiente, através de um olhar menos técnico, sobre o objeto de pesquisa.

O complexo um breve comparativo entre 2002/2016

Como um dos núcleos urbanos da RMA observamos nos mapas do Complexo Taiçoca em 2002 , a força exercida pela avenida UM , que divide o conjunto João Alves Filho. O eixo comercial formado por ela tem destaque na atração de pessoas. Nesse eixo encontramos o Mercado Municipal(Transferido para outro local atualmente), e ao longo da via, conforme indica no Diagnóstico do Município elaborado no processo de revisão do Plano Diretor vigente, a predominância de comércio e serviços locais e regionais, apontando a presença de grandes lojas da capital, e supermercado de rede regional, o G Barbosa Cencosud.

Avenida 1, possuía também a principal via de entrada do Complexo até 2004, além de localizar no seu entorno os conjuntos mais adensados do Complexo .

Analizando a malha urbana em 2002 do Complexo Habitacional, pode-se ressaltar a atuação dos atores na forma expressa da ocupação e nas respectivas modificações espaciais, especialmente no tecido urbano dos conjuntos habitacionais com partes bem consolidadas, como as Fernando Collor, João Alves, Marcos Freire. Nota-se também um baixo índice da atividade industrial e

ocupação do distrito destinado a implantação das indústrias, que dispunha de poucos lotes ocupados ao leste, não ofertando assim, a quantidade postos de trabalho esperado dos estudos da CODISE.

A movimentação de ocupações irregulares nas franjas dos conjuntos, repetindo processos anteriores em diversos outros exemplos. já pode ser observado em 2002, quando boa parte dos conjuntos já tinha mais de 15 anos de sua implantação. Isso é decorrente da pressão que as famílias não contempladas nesses programas fazem sob o Estado na perspectiva de ganharem uma casa e também de usufruir da infraestrutura, equipamentos coletivos e sistema viário dessas áreas. Assim, a ocupação irregular, nesse caso do Complexo Taiçoca se deu entre as áreas limítrofes dos conjuntos e as áreas ambientais, como os rios e os manguezais, que passaram por aterramento e degradação do ecossistema, para dar lugar às palafitas.

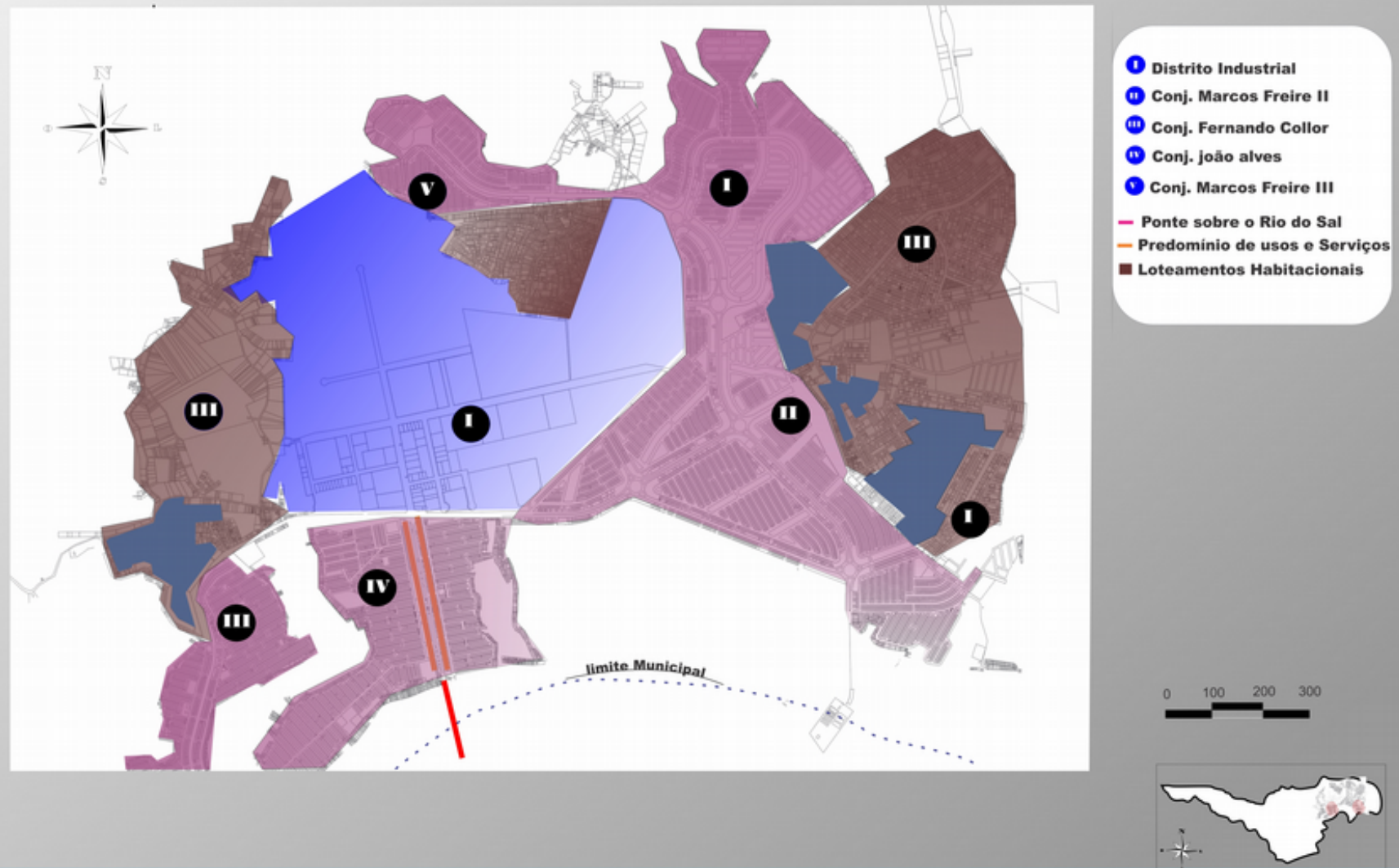
Os loteamentos residenciais implantados por pequenos loteadores, começam a destacaram-se como o São Braz, Jardim Piabeta, Taiçoca de Dentro, aumentando significativamente a população desse núcleo. À leste do Complexo Habitacional aponta-se uma grande quantidade de vazios, que

A partir de imagens satélites atuais (2016), percebemos novos agentes e novos equipamentos que surgiram no Complexo em pouco mais de uma década, sendo responsáveis por mudanças no tecido urbano do Complexo Taiçoca, cujas ações acontecem simultaneamente no espaço. Inicialmente, o Estado, com a responsabilidade de proporcionar novas ligações, através de melhorias no sistema viário (pontes, avenidas, terminais de integração), infraestrutura (esgotamento sanitário) e equipamentos coletivos (mercado municipal), e a inserção de novas unidades habitacionais, promoveram novos arranjos sócioespaciais que resultaram na valorização de áreas e no interesse para apropriação de terras por novos agentes que não haviam atuado no município.

O primeiro aspecto apontado corresponde às melhorias do sistema viário, que permitiu a ocupação dessas áreas pelos novos agentes, como já foi abordado anteriormente. Em 2004, a ponte Governador José Rollemberg Leite (por coincidência, o principal idealizador do Complexo Habitacional, em sua gestão) concluída na gestão do Governador Marcelo Déda, atrai os olhares para um a parte leste do Complexo, onde estão localizados os conjuntos Marcos Freire I e II, Loteamentos São Braz, e uma porção de grandes terrenos ociosos.

A ponte que interliga a Aracaju através do Porto Dantas, possibilita a redução da distância entre o centro de Aracaju e o Complexo em apenas 5 km. Fato que desperta nas imobiliárias um olhar diferente para as áreas do Setor leste do Complexo, ainda com grandes áreas vazias para serem exploradas.

Complexo Habitacional Taiçoca - 2002



Complexo habitacional Taiçoca - 2016

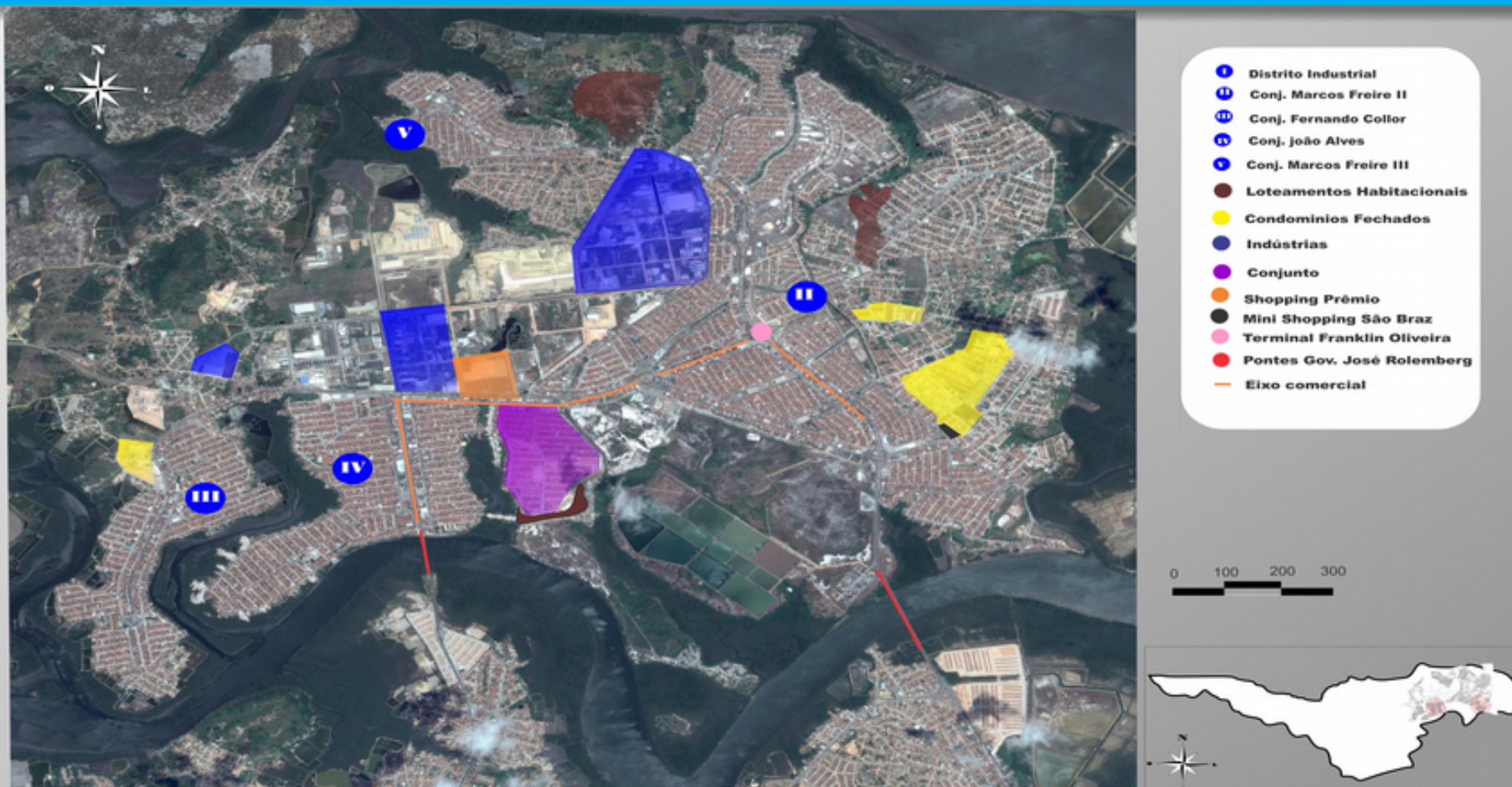


Imagem satélite do Google Earth Pro 2016. Modificada pelo autor em 2016

Transportes

Componente do Sistema Metropolitano Integrado de Transportes, criado ainda em 1982. O Terminal Integração Franklin Oliveira, implantado em 2009, pela Prefeitura Municipal de Nossa senhora do Socorro, no setor leste, possibilitou uma melhor oferta de linhas e ônibus e facilitou o deslocamento intrametropolitano.



Figura 8. Terminal de Integração Franklin Oliveira. Thacyo Santos. 2016.

Ao analisar as planilhas da SMTT que registram o número de linhas e a frota de ônibus que realizam as viagens entre Aracaju e Nossa senhora do Socorro, percebemos a importância deste novo terminal de integração, para a população do complexo principalmente. Entre 2002 e 2008 com apenas uma forma de interligação viária entre a capital e este município (por meio do Conj. João Alves), haviam 15 linhas ônibus.

A partir da implantação do terminal e a nova Ponte do Rio do Sal, houve uma redistribuição nas linhas sendo que inicialmente três passaram a realizar viagens por esse novo corredor intrametropolitano. Outro detalhe percebido foi o aumento da quantidade de ônibus, passando 104, para 140 no total.

Tabela 7

Linhas e frotas de ônibus entre Nossa senhora do Socorro e Aracaju

2002

Nº	Linha	Frota	Linha/tipo
002	Fernando Collor/D.I.A	30	Tronco-diametral
003	João Alves/ Orlando Dantas	26	Tronco-diametral
020	Piabeta /D.I.A	5	InterBairros
030	Marcos Freire I e III/ D.I.A	8	InterBairros
040	Marcos Freire II/ D.I.A	27	InterBairros
103	Socorro/ Maracaju	2	Alimentadora
601	Fernando Collor/ Osvaldo Aranha	5	Radial
602	Marcos Freire I e II / Osvaldo Aranha	9	Radial
603	Marcos Freire II / Osvaldo Aranha	9	Radial
608	Piabeta /Osvaldo Aranha	6	Radial
909	Taiçoca de Dentro / Maracaju	1	Alimentadora
910	Albano Franco / Maracaju	3	Alimentadora
	Total	131	

Fonte: Dados SMMT- Aracaju, organizada pelo autor, 2016

Tabela 8

Linhas e frotas de ônibus entre Nossa Senhora do Socorro e Aracaju

2009

Conj. Marcos Freire II- Ponte José Rolemberg Leite- Porto Dantas			
Nº	Linha	Frota	Linha/tipo
007	Fernando Collor/ Atalaia	16	Tronco-diametral
061	Marcos Freire I e III /Centro	16	Tronco-radial
062	Piabeta / Centro	4	Tronco-radial
	Total	36	

Conj. João Alves Filho - Ponte Sobre o Rio do Sal- Lamarão			
Nº	Linha	Frota	Linha/tipo
002	Fernando Collor/ D.I.A	24	Tronco-diametral
003	João Alves/ Orlando Dantas	20	Tronco-diametral
020	Piabeta /D.I.A	10	InterBairros
030	Marcos Freire I e III/ D.I.A	12	InterBairros
040	Marcos Freire II/ D.I.A	18	InterBairros
063	Albano Franco / Centro via Osvaldo Aranha	10	Tronco-radial
	Total	104	

Fonte: Dados SMMT- Aracaju , organizada pelo autor, 2016.

Em 2014, mais uma vez o Sistema de Transporte Intrametropolitano passa por modificação. A SMTT de Aracaju reorganiza as linhas de ônibus e o número de ônibus que passam pelas duas pontes, sendo que pela ponte sobre o rio do Sal, são 6 linhas, na ponte Gov. José Rolemberg passam 5 linhas.

Diante disso, observa-se que para os moradores do Complexo Habitacional, o Terminal de Integração Franklin de Oliveira além de possibilitar uma maior locomoção dentro da metrópole, permitiu um melhor deslocamento dentro do próprio município. Em conversa com um dos usuários do Sistema de transporte público percebemos essa melhoria:

“O Terminal trouxe uma melhoria local para Socorro, os deslocamentos foram facilitados com a chegada do terminal...” Melhorou o acesso a sede por exemplo. Quem queria ir para a sede e morasse em Socorro, tinha que ir para o Terminal Maracaju e de lá pegar o ônibus para a sede de Socorro. Ou Seja, você tinha que ir para Aracaju para voltar pra Socorro. Sem contar que melhoraram o acesso, afastaram o caminho que vai para BR.

Atualmente, a frota destinada a interligar este espaço intrametropolitano está distribuída em 12 linhas ao todo, sendo o mesmo número de linhas passa pelos dois corredores viários(seis) e uma frota correspondente a 162 ônibus.

No mês de março de 2016 inaugurou-se mais uma linha Tronco-diametral, se constituindo no início das intervenções para instalação do Sistema BRT - *Bus Rapid Transit*, que funciona com ônibus articulados com capacidade para 250 passageiros, combinados com vias exclusivas de ônibus e estações elevadas de transbordo, segundo informações coletadas na Prefeitura Municipal

de Nossa Senhora do Socorro. Neste início de instalação do projeto, observa-se que apenas os ônibus articulados percorrem o itinerário através de vias exclusivas e compartilhadas, que promovem agilidade na viagem.

Tabela 9

Linhas e frotas de ônibus entre Nossa senhora do Socorro e Aracaju

2016

Conj. Marcos Freire II- Ponte José Rolemberg Leite- Porto Dantas			
Nº	Linha	Frota	Linha/tipo
007	Fernando Collor/ Atalaia	17	Tronco-diametral
009	Terminal Marcos Freire / Atalaia	10	Tronco-diametral
061	Marcos Freire I e III /Centro	12	Tronco-radial
062	Piabeta / Centro	4	Tronco-radial
064	Albano Franco/ Centro via Porto Dantas	7	Tronco-radial
065	Marcos Freire II / Centro	8	Tronco-radial
	Total	58	
Conj. João Alves Filho - Ponte Sobre o Rio do Sal- Lamarão			
Nº	Linha	Frota	Linha/tipo
002	Fernando Collor/ D.I.A	26	Tronco-diametral
003	João Alves/ Orlando Dantas	18	Tronco-diametral
020	Piabeta /D.I.A	12	InterBairros
030	Marcos Freire I e III/ D.I.A	12	InterBairros
040	Marcos Freire II/ D.I.A	19	InterBairros
063	Albano Franco / Centro via Osvaldo Aranha	7	Tronco-radial
	Total	94	

Fonte: Dados SMMT- Aracaju , organizada pelo autor, 2016.

Segundo informações da SMTT (2015), no mês de outubro de 2015, 1.954.822 de passageiros utilizaram os ônibus das linhas que operam entre Aracaju e Nossa Senhora do Socorro, considerando os dois eixos viários (Ponte sobre o Rio do Sal e Ponte Gov. Valadares), sendo que o maior número está no primeiro eixo viário (1.326.398 passageiros). Entretanto, apesar do número

não representar claramente o número de passageiros que se locomovem entre o dois municípios, por não constar origem e destino dos passageiros, e nem a quantidade de vezes que um mesmo passageiro utilizou a linha no dia.

Matriz econômica das centralidade metropolitana

Como já fora apontado nos capítulos anteriores, as cidades passaram da economia baseada no desenvolvimento industrial para o financeiro, apoiado no crescimento do comércio e prestação de serviços.

A instalação do Complexo Industrial como vimos não se deu de forma imediata, , projetado para absorver empresas de grande e médio porte, tem sido ocupado sobretudo nos últimos anos, com a melhoria na infraestrutura, com vias de acesso implantadas, para possibilitar o acesso de veículos e, conseqüentemente, a circulação de mercadorias e produtos (Figura 10).



Figura 10. Estrada da Indústria, Distrito Industrial de N. Sra. do Socorro, 2016.

Em visitas podemos observar as novas ocupações dos lotes pelas indústrias no setores leste e oeste do Distrito, por empresas com abrangência regional e investimentos de capital nacional e também internacional. Segundo dados da CODISE - Companhia de desenvolvimento de Sergipe, existem atualmente 84 indústrias, responsáveis pela geração de 5.781 empregos diretos, e a participação de 40.333 pessoas economicamente ativas (IBGE, 2015). Destacam-se aí as atividades no ramo de alimentício e de bebidas, papel e gráfica, têxtil, construção civil, metalúrgica, química, sendo as três primeiras, com maior número de indústrias.



Figura 11. Indústria de capital internacional, localizada nos lotes recém ocupados do Distrito Industrial.

Fonte: Thacyo Santos 2016.

As indústrias aumentam em número porém a quantidade de comércio e serviço, impulsionam economicamente o Complexo. Percebe-se dado ao número de estabelecimentos comerciais presentes nas principais avenida. Além do aumento de instituições financeiras para facilitar a operacionalização e circulação de capital.

O principal elemento de transformação Complexo Taiçoca nos últimos 5 anos, foi o Shopping Prêmio, inaugurado em 2011, na Avenida Coletora A. O empreendimento, com 65 mil metros quadrados de área construída, proveniente de capital local, oriundo de empresários sergipanos (investimento de 20 milhões de reais e oferta de 1560 empregos diretos), dispõe de 120 lojas, sendo algumas âncoras, praça de alimentação, cinema, e outros serviços² (Figura 12).



Figura 12: Shopping Prêmio.

Fonte: , acesso em 04. Maio.2016 www.shoppingpremio.com.br

Inicialmente, a expectativa de implantação, com início em 2008, já apontou a valorização dos imóveis do entorno, especialmente no Conjunto João Alves, promovendo alterações nos usos do solo e na dinâmica social e econômica.

A presença do shopping incentivou o a especulação sobre os imóveis do seu entorno. Os moradores tornaram corretores, passam a definir preços e vender seus imóveis.

Em entrevista realizada com um dos moradores do entorno, notamos o aumento do valor das casas. Preços são estipulados mesmo sem a avaliação de corretores ou especialistas imobiliários.

“ Moro aqui há mais de 30 anos... sim tem muita gente vendendo suas casas e indo morar em Aracaju, no Bairro Industrial naquelas bandas de lá...”. Estão vendendo as casas aqui e

comprando mais baratas por lá. [...] Hoje não entrego por menos de 300 mil minha casa..” com a chegada do Shopping o valor das casas subiu muito” Aqui é o lugar de Aracaju que tá crescendo mais, mais até que o Augusto Franco...”(depoimento de Raimundo, morador do Conjunto João Alves)



Figuras 13 e 14: Casas do Conjunto Habitacional João Alves,
Fonte: Thacyo Santos, 2016.

No conjunto João Alves encontram-se algumas casas com placas de anúncios de venda. Percebemos que a maioria das casas estrutura embrião entregue pela COHAB-SE, concebidas por meio de mutirão. A maioria delas avançou o recuo frontal para ampliação de algum cômodo, garagem e fechamento de muros sem elementos vazados. Elementos arquitetônicos utilizados nas residências de grupos de renda média são presentes, como cercas elétricas, portões automáticos, revestimentos na fachada frontal.

A implantação do Shopping trouxe além da valorização de imóveis, um reforço na centralidade. Devido aos diversos estabelecimentos implantados na Avenida Coletora com usos comerciais e serviços, que atendem a demanda local região e entorno.

Na tabela10 (abaixo) estão listadas tipo de prestação de serviço e comércio encontrado que vão para conserto de esquadrias, vendas de autopeças de veículos e motos, salão de beleza, academia, lanchonetes.

Tabela 10

Rede de serviços no entorno do Shopping Prêmio

2016

Função	Quant.	Função	Quant.
Academia	02	Igreja	02
Autopeças	06	Pousada	02
Escritório de advocacia	02	Esquadria	06
Madeiraira	01	Som e acessórios	01
Clínica	01	Plano funerário	01
Lanchonete	02	Plano de saúde	01
Açougue	01	Loja de revestimentos	01
Informática	01	Tornearia	01
Moto peças	03	Informática	01
Forro	01	Borracharia	01
Posto de saúde	01	Marmoraria	01
Material de construção	01	Galeria comercial	02
Salão de beleza	02	Lava a jato	01
Banco	01	Gráfica	02
Curso de línguas	01	Revenda de motos	01
Aluguel de máquinas	01	Conserto em Refrigeração	01
		Mecânica automotiva	01
Total de estabelecimentos	35		

Fonte: Thacyo Santos, levantamento de campo. 2016

Ocupação e ocupação Avenida Coletora A- 2016



— Limite da implanta

— Avenida coletora

● Rotatória

Função	Quantidade
Academia	02
Autopeças	06
Escritório de advocacia	02
Madeiraira	01
Clinica	01
Lanchonete	02
Açougue	01
Informática	01
Moto peças	03
Forno	01
Posto de saúde	01
Material de construção	01
Salão de beleza	02
Banco	01
Curso de línguas	01
Total de estabelecimentos	35



Conjunto Rua Um João Alves



Figura 15. Usos comerciais e de serviços às margens da Avenida Coletora A.

Um novo equipamento coletivo do porte do shopping trouxe consigo o aumento da circulação de veículos particulares, de transporte público e de pedestres na região, o que ocasionou a necessidade de interferência da Prefeitura Municipal, através de pequenas modificações, principalmente na avenida Coletora A. Esta avenida promove a ligação entre os dois conjuntos mais valorizados do Complexo Habitacional, o João Alves e Marcos Freire I, que junto com o Marcos Freire II e o São Braz, compõem o eixo comercial mais forte do complexo.

Assim, houve a instalação de sinalização semafórica, horizontal e vertical, bem como a implantação de ciclovias e faixas de pedestres, estabelecendo uma organização na circulação dos diferentes usuários da cidade, seja em qual for o meio de transporte (Figuras 16 e 17).



Figura 16. Faixas de pedestres nas imediações do Shopping Figura 17. Semáforo na Avenida coletora A



Figura 18. Ciclo faixa na Avenida Coletora A.

A inserção de instituições financeiras se constituem a marca da nova economia, que representa a dominação financeira no espaço, e a expressão a passagem da economia urbano-industrial, para metropolitano-financeiro (Souza 2014). Diante disso, pode-se associar a aproximação das instituições financeiras a esta centralidade metropolitana, pois bancos estaduais, regionais, públicos federais e privados já tem representação física no Conjunto João Alves próximo ao shopping e no eixo econômica estabelecido.

Souza (2014) elucida que a partir de 1970, com o desenvolvimento das instituições financeiras, com as novas formas de produção e circulação de dinheiro, estas passam a atuar como núcleo dominante do capitalismo contemporâneo, e sobre as bênçãos do Estado.

implantação do Shopping Prêmio



Imagem satélite do Google Earth Pro 2016. Modificada pelo autor em 2016

A dinâmica dos condomínios fechados em Nossa Senhora do Socorro

A instalação do Shopping Prêmio trouxe, além desses aspectos apontados anteriormente, a atração de investidores despertando os interesses do mercado imobiliário. Se na década de 1980 e 1990, os loteamentos, residenciais e os conjuntos habitacionais já extrapolavam os limites municipais de Aracaju, apontando os primeiros indícios do fenômeno da metropolização, a produção imobiliária representada pelos condomínios fechados, se encarrega de incorporar novos espaços no território da metrópole. Os empresários da construção civil, após explorar a construção de empreendimentos fechados para direcionados as classe alta e média, ainda dentro das área de expansão da capital, avança agora para os núcleos urbanos da Região Metropolitana, atraídos por outras intervenções que valorizaram essas áreas.

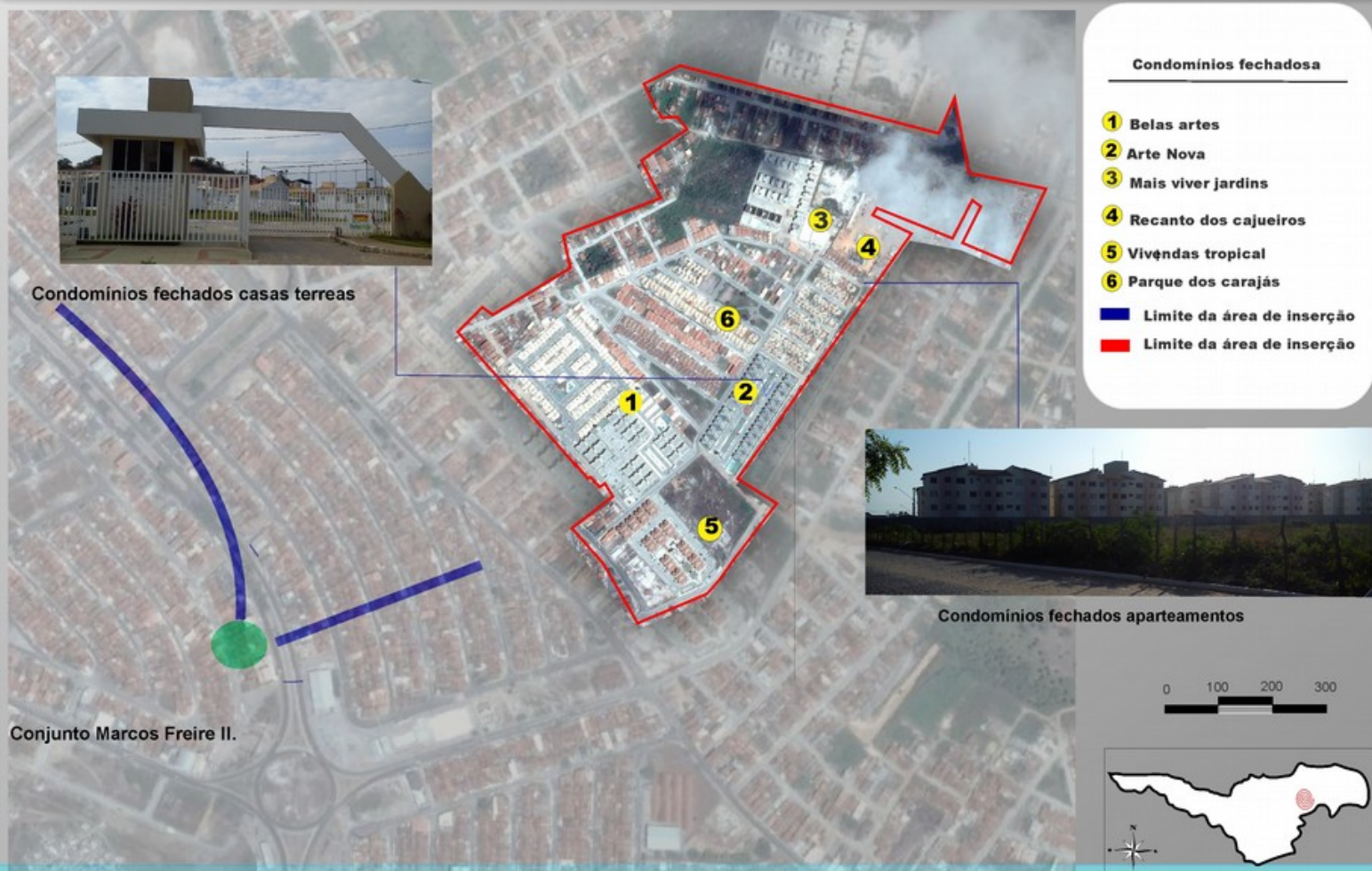
Assim, de acordo com dados da CAIXA (2015), sobre o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, iniciado em 2009, para substituir o Programa de Arrendamento Residencial - PAR, registrou-se um grande número de empreendimentos na RM Aracaju, subsidiados com recursos do Governo Federal.

Nos municípios da Região Metropolitana de Aracaju, calculou-se o licenciamento de 127 empreendimentos, resultando um de 18.139 unidades habitacionais, sendo destes, 13 destes localizados em N. Sra do Socorro e 78 em Aracaju.

Em Nossa Senhora do Socorro, a maioria desses empreendimentos foram instalados na porção leste do Complexo Habitacional Taiçoca, sob a forma de condomínios fechados. Assim, a partir de 2008, verificou-se que condomínios de casas e condomínios com edifícios, que ocuparam grandes áreas vazias nos conjuntos mais valorizados, e modificaram a paisagem e o *skyline* do Complexo Taiçoca. Os condomínios com blocos de edifícios vão até 4 (quatro) pavimentos, numa área onde até então, predominavam construções horizontais.

Em um dos vazios urbanos localizados entre o conjunto Marcos Freire I e o loteamento São Braz, nota-se uma concentração desses produtos imobiliários, entre condomínios fechados horizontais e verticais, foram identificados 6 (seis) empreendimentos fechados, com extensos e altos muros, que alteraram a dinâmica urbana do conjunto.

Condomínios fechados- Conjunto Marcos freire II- 2016



Nascimento (2014) verifica que os imóveis em volta desses empreendimentos fechados valorizam-se tanto para venda, quanto para aluguel. Além disso, a autora ressalta que mesmo que a maioria dos condomínios financiados pelos programas federais objetivem a diminuição do déficit habitacional, muitos desses imóveis postos à venda revelam a intenção de “aproveitar” o bom momento na compra de imóveis.

O aglomerado de condomínios verticais acabam por atrair empreendimentos comerciais, para se instalarem próximo, a fim de dar suporte de novos serviços àquela nova demanda de população. Assim, além do empreendimento comercial de grande porte que é o Shopping Prêmio, em 2016 será inaugurado um *mini-shopping* no principal eixo viário de acesso aos condomínios fechados no Loteamento São Braz.

A concentração dessa tipologia moradias fechadas em uma só área aumentam o fluxo de pessoas e consequentemente o consumo, que todo empreendimento como este necessita. O espaço contará, segundo o material de divulgação do grupo construtor, 41 lojas, praça de alimentação e uma loja âncora de 600 m² (Figura 20).



Figura 20. (1 e 2) condomínios fechados, (3) Implantação do Mini shopping São Braz.
Fonte: Facebook.com/minishopping São Braz.

Diante do visto, observa-se, que metrópole de Aracaju estende cada vez mais e adentra nos municípios, através da atuação de novos agentes como o capital imobiliário (construtoras locais) e o capital industrial (empresas regionais e nacionais) nas áreas urbanizadas. O Complexo Taiçoca, em Nossa Senhora do Socorro, é exemplo da atuação articulada do Estado, mercado imobiliário e proprietários dos meios de produção industrial, responsáveis pelo crescimento populacional/econômico do município. Dos três municípios que compõem a Região Metropolitana, junto com a capital, N. Sra do Socorro é a que melhor apresenta a passagem da urbanização para metropolização dos espaços das cidades, e a inserção de equipamentos metropolitanos, responsáveis por reestruturar e transformar socialmente e economicamente o espaço.

Contudo, dentro desta policentralidade metropolitana da RM Aracaju, o Complexo Habitacional Taiçoca se constitui num espaço incorporado pela metrópole, e que antes mesmo da implantação das instituições financeiras apresentavam, uma centralidade baseada em comércios e serviços.

Os novos conjuntos

O Estado, como mediador e promotor das igualdades e agente importante na construção e modificação das cidades, atua também na oferta de habitações cumprindo o direito básico da moradia, com colaboração conjunta entre as esferas estaduais, municipais e federais.

Uma das ações efetuadas pelo Estado foi a construção do Conjunto Vitória da Resistência. Erguido em um e vazio urbano localizado no bairro Lamarão, em Aracaju, e próximo a ponte do Rio do Sal, no Conjunto João Alves (N. Sra. do Socorro). O Conjunto possui 410 unidades habitacionais, construído pela Prefeitura de Aracaju, financiada com recursos federais é um exemplo de atuação conjunta do Estado.

A localização do conjunto reforça ainda mais a dependência entre as áreas dos municípios além de facilitar a compreensão de continuidade da malha.

Outra ação conjunta, desta vez entre os governos do Estado e o Federal, foi o Programa Pró-Morar, gerido pelo Ministério das Cidades, cuja intervenção nessa área foi destinada às famílias que ocupavam os terrenos próximos ao Rio do Sal. Essas famílias foram relocadas para 580 novas moradias construídas no bairro Porto Dantas, em Aracaju.

Atuação do Estado (Limite municipal Socorro-Aracaju Séc. XXI)



Imagem satélite do Google Earth Pro 2016. Modificada pelo autor em 2016

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno urbano no mundo, tem seu estopim com explosão industrial das cidades Europeias, a exemplo de Paris e Londres. Que a partir do acúmulo de riquezas, no período expansivo da colonização, passam a ditar os rumos da Divisão Internacional do Trabalho.

O contingente necessário pra ocupação das fábricas, superlota as cidades do século XIX. Que passam a apresentar problemas sanitários, péssimas condições de vida. Nesse mesmo a revolução industrial provoca mudanças na sociedade, tanto, culturais sociais e urbanas. Com o aumento da produção, a sociedade passa a aumentar o consumo.

A Nação Brasileira caminha para a industrialização tardiamente. As transformações das cidades brasileiras a partir de 1950, quando o investimento industrial passa a ser maior, principalmente na conhecida Era Vargas. Sempre com um volume de investimentos concentrados na região sudeste. Ondes desde a República Velha e a região de concentração de decisões políticas, e atração de recursos.

O exôdo rural e a mecanização do campo, observados a partir da década de 50 fazem com que o número de brasileiros nas cidades e no campo passa gradativamente a invertam-se. Pssanso as cidades a absorverem uma quantidade de novos habitantes. O vultuoso aumento de pessoas nas cidades, ainda não preparada para tal, acarreta uma série de problemas, como de violência urbana, na área de transportes e princiamente habitação.

Em Sergipe a partir de 1960, com a chegada de grandes empresas como a Petrobras, o e o os incentivos advindos da SUDENE; que tinha como objetivo o desenvolvimento econômico e industrial da região Nordeste, promoveu transformações na capital Sergipana. Aracaju recebe cada vez mais migrações, de todo o Nordeste e principalmente do interior do Estado.

A COHAB-SE, tem papel fundamental na diminuição do deficit habitacional para a população com menor poder aquisitivo, e extrema contribuição no início da metropolização de Aracaju. Com terrenos cada vez mais fora da malha urbana da capital, a companhia acaba por estimular a ocupação em áreas periféricas dos municípios circunvizinhos (São Cristóvão, Barra dos Coqueiros, Nossa senhora do Socorro). Áreas desprovidas de infraestrutura básicas para instalação, saneamento, e demais serviços equipamentos de saúde (postos de atendimento), e educação (escolas).Essa atuação acabou não contribuindo para diminuição do deficit, atendendo mas aos interesses das construtoras.

As decisões tomadas nas últimas décadas do final do século XX, tem seus reflexos bem claros Metrópole Aracajuana. O desenvolvimento da áreas conurbadas, foi intensamente alterado pelas politicas públicas implantadas. Nossa Senhora do Socorro é um forte exemplo para demonstração. A inserção do Complexo Habitacional, integrado ao Distrito Industrial foram essências, para que o município aumentasse seu número de habitantes variasse muito rápido em curto espaço de tempo. Passando a ser o segundo maior município em temos populacionais da RMA, e atingindo a segunda maior participação do PIB do Estado.

A dinâmica urbana precisou ser alterada, com as mudanças econômicas do final do século XX, exigiu um novo comportamento do capital dentro daquela que é seu principal produto, a cidade. Passando ela a funcionar como empresa para vender melhor seu produto. Os atores que comandam a cidade econômica e politicamente, passaram a adequar-se ao consumo nas cidades, passaram a implantar, Espaços especializados e segregacionistas, como shopping Center e Condomínios fechados. Que aliados as instituições financeiras, promovem e incorporam os espaços metropolitanos para a manutenção dos lucros.

Os espaços metropolitanos de Aracaju descentralizaram-se. As incorporadoras descentralizam os investimentos, atraem consumo e exploram áreas vazias e criam centralidades, espaços de consumo e alteram as dinâmicas, Arranjos sócio espaciais.

O Complexo habitacional Taiçoca é um dos exemplos mais contundentes das transformações espaciais ocorridas na Região Metropolitana de Aracaju, percebe-se com clareza as influências do

Estado, e dos demais agentes que compõem e atual no espaço urbano, como os agentes excluídos, os proprietários fundiários, e meios de produção.

Como visto, a matriz econômica, que responsável pelo desenvolvimento das cidades mudou, e isso fica evidente, quando levantados as quantidades de comércio e serviços que se estendem ao longo das principais vias do Complexo Taíoca. Além dos eixos, espaços modernos de consumo como os Shoppings Centers, estão presentes neste núcleo metropolitano que cada vez mais amplia sua área de influência.

A administração das áreas metropolitanas, precisa, assim como a atuação do capital se modernizar. Para que possa cada vez mais solucionar problemas urbanos que atingem as metrópoles. Os problemas, relacionados ao transporte público, segurança pública, habitação e coleta de resíduos sólidos, necessitam uma gestão específica e integradas entre os municípios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. Versão em espanhol “Los nuevos principios del urbanismo”. Madri: Alianza Editorial, 2004
- CARDOSO, L. **Transporte público, acessibilidade urbana e desigualdades socioespaciais na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 2007.
- CASTELLS, Manuel-C348. **A questão urbana**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- FRANÇA, Sarah Lúcia Alves. **A produção do espaço na Zona de Expansão de Aracaju/SE: dispersão urbana, condomínios fechados e políticas públicas**. Dissertação. Rio de Janeiro Universidade Federal Fluminense, 2011.
- FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Aracaju: Estado e Metropolização**. São Cristóvão: Ed. UFS Fundação Oviêdo Teixeira, 1999.
- GONÇALVES, Thiago Estevam. **Produção do espaço urbano: North shopping na dinâmica de novas centralidades em Fortaleza-CE**. Caminhos da geografia Uberlândia V.12, n.32, p.162-170.
- JUNIOR, Eduardo Honório, **A avaliação urbana e estrutural da rede viária na Região Metropolitana de Aracaju**. Dissertação. São Cristóvão. Universidade Federal de Sergipe, 2014
- ROLNIK, Raquel, SOMEKH, Nádia. **Governar as metrópoles: dilemas da recentralização**. In. São paulo em perspectiva. Vol.14 N.4. 2000.
- LOBATO, Roberto. **O espaço urbano.-4 edição**. São Paulo: editora Ática.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole, Legislação e Desigualdade**, In Estudos Avançados, vol.17, n.48 São Paulo. 2003.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades; alternativas para a crise urbana**. 5. ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2011.
- MENEZES, C.R.C. **Dinâmica Urbana do Bairro rosa Elze: o Papel das políticas públicas na transformação do espaço**. São Cristóvão-SE. Brasil. Scientia Plena 7. 2011.

MENEZES, C.R.C; VASCONCELOS, J.F. **O Estado de Sergipe: da urbanização à formação metropolitana**. Rev. Espaço Acadêmico-nº 121, Junho. 2011.

NASCIMENTO, Manuela maria Pereira do. **Habitação “popular” de mercado : relações com o ambiente urbano na região metropolitana de Aracaju (SE)**. São Cristóvão, 2014.

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre Urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Vias das Artes, 2006.

RIBEIRO, Luiz, JUNIOR, Orlando . **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro, 2007.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto 2013.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993.

SANTOS, Lúcia Rodrigues; OLIVEIRA, Wilembergue, Rodrigues. Aracaju: UFS/NID; CEAV, 1994.

SECCHI, Bernardo. A cidade do século vinte/ Bernardo Secchi; [tradução e notas Marisa Barda] – São Paulo: Perspectiva, 2009. – (Coleção debates; 318).

SERGIPE, (2003) **Lei Complementar nº25, de 29 de dezembro de 1995**, Região Metropolitana de Aracaju. Secretaria da Casa Civil. Governo do Estado.

SANTOS, M. J. S.; SANTOS, A. R. **A ação do Estado e da política habitacional na produção socioespacial da Região Metropolitana de Aracaju (se)**. Geosaberes, Fortaleza, v. 6, número especial (1), p. 284 – 297, Outubro. 2015.

SOUZA, Fernando Antônio Santos de. **Formação, movimento e descompasso da rede urbana de Sergipe**. Tese, São Cristóvão. Universidade Federal de Sergipe. 2008

SOUZA, Barbara Cecilia Machado de . **Desenvolvimento Regional e Gestão Metropolitana: reflexões a partir da Política Habitacional de Aracaju**. Dissertação. São Cristóvão. Universidade Federal de Sergipe, 2014

SOUZA, Eudes Leopoldo de Souza. **A Metropolização Latino-Americana: dinâmicas urbanas e redes de cidades no limiar do século XXI**. Universidade Federal do Ceará. Laboratórios de estudos Urbanos e da Cidades.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Fapesp/Studio Nobel, 1998.